

# Agricultural Empresarial

6.

AGRICULTURA EMPRESARIAL

# INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro apresentava, no início de 2003, um quadro de crise, com os produtores rurais endividados, juros elevados, preços mínimos defasados, insumos sobrevalorizados, mercado internacional das principais *commodities* com preços declinantes. Isso gerou, conseqüentemente, a redução da safra de grãos.

Na safra 2002-2003, cuja produção de grãos alcançou 123,17 milhões de toneladas, foram concedidos créditos da ordem de R\$ 27,7 bilhões. Desse total, R\$ 22,7 bilhões foram aplicados em operações de custeio, comercialização e investimentos a juros controlados.

No período de 1997 a 2002, os preços médios de exportação brasileira de café verde declinaram de US\$ 189,60 por saca de 60 kg para US\$ 46,23. Assim, no início de 2003, era evidente a necessidade de adoção de medidas que assegurassem a sobrevivência do setor.

Nesse contexto, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), dentre as prioridades estabelecidas no início de 2003, definiu o foco na necessidade de ampliar a produção de alimentos no País. Para isso, foi necessário o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas que garantissem crédito e seguro rural; sustentação de preços; fortalecimento dos serviços de defesa agropecuária; fomento à produção agropecuária; apoio ao sistema cooperativista e associativista; geração e difusão de tecnologias, além da busca de novos mercados internacionais para o agronegócio brasileiro, privilegiando-se as negociações multilaterais.

O Governo Federal garantiu a renegociação da dívida dos produtores rurais, com a edição das leis nºs 10.437 e 10.464, que permitiram novas condições para refinanciamento e alongamento das dívidas do setor, as quais naquela época alcançavam aproximadamente R\$ 30 bilhões.

Os preços mínimos e as regras das aquisições e empréstimos governamentais – Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimo do Governo Federal (EGF) – para as culturas regionais e do Norte e do Nordeste foram anunciados junto com o Plano Safra para o Centro-Sul, permitindo ao produtor mais tempo para a tomada de decisões.

O aumento da produção de alimentos implicava ampliação da demanda pelos mais diversos insumos: tecnologia, fertilizantes, agrotóxicos, rações e melhoria genética animal e vegetal. A ampliação da produção agropecuária também tinha por objetivo gerar excedentes de exportação, que correspondiam a 40% do total exportado pelo País. Nesse sentido, a defesa agropecuária inseriu-se nessas estratégias para assegurar a qualidade e a segurança dos insumos agropecuários; reduzir o impacto das doenças dos animais e das pragas vegetais na produção agropecuária; e certificar a qualidade, a sanidade e a fitossanidade dos produtos brasileiros.

Em 2003, os recursos do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) foram ampliados em 80% com relação ao exercício anterior, mantida a taxa de juros fixa anual em 10,75%, com prazo de pagamento de até 12 anos.

Com a perspectiva de retomada do dinamismo da indústria sucroalcooleira, a indústria automotiva se preparou para lançar os veículos *flex-fuel*. Enquanto isso, no plano externo, os países desenvolvidos partiram em busca de alternativas para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Em função da necessidade de estabelecimento de padrões técnicos internacionais para o etanol, o País conseguiu difundir a experiência brasileira desse combustível renovável e reduziu a dependência do Brasil em relação ao diesel importado (15% do consumo doméstico). Além disso, abriram-se grandes oportunidades nos setores de florestas e de resíduos agrícolas e pecuários de valor energético.

As condições em que se encontravam a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e outros integrantes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) indicavam que essas organizações necessitavam de fortalecimento para o inevitável enfrentamento dos novos desafios. A Embrapa vinha experimentando, desde 1996, reduções orçamentárias. Ao mesmo tempo, a agricultura brasileira expandia-se na direção de novas regiões, em especial nos estados de Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Bahia. Além disso, novas regiões produtoras no Nordeste estavam com amplas possibilidades de produção sob irrigação, mas exigiam tecnologias sofisticadas. Por fim, as barreiras burocráticas impostas ao longo do tempo se avolumaram, tornando uma corrida de obstáculos o acesso a instrumentos e insumos especializados indispensáveis ao adequado funcionamento da pesquisa.

## **Desafios do mandato e compromissos assumidos**

Em 2003, o Governo se propôs a incentivar a agroindústria, inclusive por seu papel estratégico na obtenção de superávits, estimulando a produção de *commodities* agrícolas voltada para o mercado internacional e a agregação de valor. Também decidiu estimular o crescimento socioeconômico da agricultura familiar, com apoio à comercialização e à agroindustrialização, ampliando e melhorando as condições de acesso a políticas de financiamento estáveis, à assistência técnica e à extensão rural, além de adequar os preços mínimos de garantia de vários produtos, com ênfase àqueles que ficaram defasados em virtude de atrelamento ao valor das dívidas securitizadas: milho, arroz e algodão.

Em 2006, além dos problemas climáticos, registrou-se um cenário de custos e preços adversos para a atividade agropecuária, em especial, para os grãos. Os preços externos das principais *commodities* já apresentavam tendência declinante e as taxas efetivas de juros situavam-se em patamar bastante elevado. Na colheita, o produtor deparou-se com uma produção menor do que a esperada e preços inferiores aos projetados, cenário agravado pela elevação das taxas de juros e pela valorização do real, afetando a rentabilidade, a capacidade de investimento e a liquidez dos produtores rurais e de suas cooperativas. Assim, o Plano Agrícola e Pecuário 2005-2006 apresentou instrumentos de auxílio no processo de recuperação da agricultura, mantendo ambição quanto aos resultados pretendidos e às políticas definidas, com meta de produção de 125 milhões de toneladas de grãos. Conforme tais projeções, a estimativa da necessidade de capital de giro para financiar 100% da produção vegetal e animal alcançava R\$ 110 bilhões. Os recursos mobilizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural para custeio e comercialização (R\$ 33,2 bilhões) correspondiam a cerca de 30% daquele total, razão pela qual o Governo desenvolveu novos instrumentos de política agrícola que permitiram maximizar o impacto dos recursos oficiais empregados, com a criação de novos títulos voltados ao agronegócio, buscando atrair recursos financeiros privados ao financiamento da atividade.

O desafio maior para o setor era produzir mais alimentos, o que desencadeou um processo de demanda por mais tecnologias, adubos, máquinas, defensivos, sementes, rações, genética animal e vegetal, armazéns e melhor distribuição.

Para manter a produção e a comercialização internacional de produtos de origem animal e vegetal, o Governo identificou que seria necessário maior investimento nos serviços governamentais de defesa, inspeção e fiscalização sanitária e fitossanitária e de apoio laboratorial, para assegurar a inocuidade e a segurança dos alimentos ofertados internamente ou exportados.

Um dos grandes desafios desse período foi reforçar o papel da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) como promotora do desenvolvimento da agricultura brasileira, de forma sustentável, e com base nos seguintes objetivos:

- Consolidar, aperfeiçoar e modernizar o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, expandindo a base científica e tecnológica nacional.
- Criar ambiente favorável à inovação na agricultura brasileira, estimulando o setor empresarial a investir em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- Integrar todas as regiões ao esforço nacional de capacitação e desenvolvimento de pesquisas, tecnologias e inovação.

Outro desafio a ser considerado foi a diversificação de produtos e mercados. Assim, o Governo criou mecanismos de incentivo à diversificação de produtos agropecuários, em especial daqueles com valor agregado, tais como: produtos com registro de indicação geográfica; produção integrada, com destaque especial para a fruticultura, com a marca da Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil); e a produção orgânica.

No campo da agroenergia, os principais desafios e compromissos eram:

- Realizar o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, identificando as áreas mais recomendáveis para a expansão sustentável da indústria sucroalcooleira.
- Realizar o zoneamento agroecológico da palma de óleo (dendê).
- Fortalecer a cooperação internacional, com vistas à transformação dos biocombustíveis em *commodities*.
- Estruturar programa de apoio à produção do biodiesel e realizar leilões de compra de energia elétrica a partir de fontes renováveis, inclusive de biomassa.

## O QUE FOI FEITO

### A) CRÉDITO RURAL

A agricultura brasileira avançou muito nos últimos anos. Do início da década de 1990 até hoje, a produção brasileira de grãos cresceu mais de 150%, enquanto a área plantada evoluiu apenas 25%. Em 2003, a produção de grãos era de aproximadamente 123 milhões de toneladas. Para o ano agrícola 2010-2011, projeta-se uma safra de 150 milhões de toneladas. Contribuíram para esse avanço fatores tecnológicos e outras ações governamentais como o crédito agrícola de baixo custo e o fortalecimento e a integração dos diversos elos das cadeias produtivas agropecuárias.

A concessão de crédito beneficia as diversas etapas da produção agropecuária (investimentos, custeio e comercialização). No período compreendido entre a safra 2003-2004 e a safra 2009-2010, o total de recursos aplicados foi da ordem de R\$ 381 bilhões, representando acréscimo de 131% entre o primeiro período e o último, sendo que R\$ 225,7 bilhões foram aplicados a juros controlados.

O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) também atuou fortemente no apoio aos cafeicultores, com a concessão de financiamentos para custeio, colheita, estocagem e aquisição que alcançaram o montante de R\$ 8,8 bilhões no mesmo período.

Com o aprimoramento da política de crédito, diversas linhas foram condensadas em grupos de programas, com o objetivo de facilitar a eficiência operacional. São exemplos, das últimas três safras, o Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa), o Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro) e o Programa Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC). Houve também a conversão do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural) em um novo modelo, voltado também para o médio agricultor, o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Alguns desses programas são operacionalizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Produsa, que fomenta a Produção Agropecuária Sustentável, de julho de 2008 até junho de 2010, realizou 4.128 operações que resultaram em investimentos totais de R\$ 636 milhões. O Programa de Crédito Especial Rural (Procer), que promove a competitividade das cooperativas agropecuárias e empresas agroindustriais tendo como item financiável o capital de giro, realizou, de julho de 2009 a junho de 2010, 391 operações, que resultaram em desembolso de R\$ 4,3 bilhões. Por fim, o Procap-Agro, que promove a recuperação ou a reestruturação da estrutura patrimonial e o saneamento financeiro das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, bem como de suas cooperativas centrais, realizou, de dezembro de 2009 a junho de 2010, 174 operações, resultando em desembolso de R\$ 698 milhões.

Para a safra 2010-2011, o Governo colocou à disposição dos produtores R\$ 100 bilhões para custeio, comercialização e investimento na agricultura empresarial, sendo R\$ 59,1 bilhões a juros controlados, além de R\$ 2,1 bilhões do Funcafé.

O setor rural, em 2008, apresentava-se em situação crítica em decorrência do alto endividamento que estava afetando o agronegócio brasileiro. O Governo Federal uniu esforços de diferentes ministérios e setores buscando medidas que permitissem o alongamento das dívidas e estimulasse a liquidação e/ou regularização de dívidas originárias de crédito rural e fundiário, bem como aperfeiçoassem a concessão de financiamentos para atividades agropecuárias e agroindustriais.

Após as tratativas, a Presidência da República editou a Medida Provisória nº 432, de 27 de maio de 2008, convertida pelo Congresso Nacional na Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que permitiu o saneamento financeiro do setor, com a renegociação de débitos da ordem de R\$ 75 bilhões, beneficiando aproximadamente 2,8 milhões de detentores de contratos de financiamento, o que representava aproximadamente 39% das dívidas contraídas a valores de agosto de 2007.

## Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro)

### Objetivo

Promover a produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, bem como de suas cooperativas centrais, e seu saneamento financeiro.

### Data de início

22/6/2009

### Instrumento legal

- Resolução do Banco Central do Brasil (Bacen) nº 3.739, de 2009

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Para apoiar a recuperação, a reestruturação patrimonial e o saneamento financeiro das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, bem como de suas cooperativas centrais

### Resultados

Desde o início das operações até junho de 2010, foram financiados R\$ 698,2 milhões.

## Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra)

### Objetivo

Apoiar o desenvolvimento da agricultura irrigada, ampliar a capacidade de armazenamento nas propriedades rurais e proteger a fruticultura contra a incidência de granizo.

**Data de início**

25/6/2003

**Instrumento legal**

- Resolução Bacen nº 3.092, de 2003

**Por que foi criado, reformulado e ou/ampliado**

- Para estimular o aumento da área cultivada sob irrigação, possibilitando aumento da produtividade e da produção.
- Para ampliar capacidade de armazenagem das propriedades rurais, possibilitando uma melhor comercialização da produção pelo produtor rural; e para proteger pomares contra a incidência de granizo.

**Resultados**

De 2003 a junho de 2010, foram financiados pelo Programa R\$ 1,9 bilhão.

**Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro)****Objetivo**

Apoiar o desenvolvimento e a modernização da agricultura no que diz respeito à melhoria da qualidade de produtos *in natura* e beneficiados, bem como possibilitar a reposição de matrizes bovinas ou bubalinas afetadas por brucelose ou tuberculose.

**Data de início**

25/6/2003

**Instrumento legal**

- Resolução Bacen nº 3.093, de 2003

**Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Para estimular a modernização e o beneficiamento de produtos de origem animal ou vegetal e a adequação sanitária de propriedades rurais; e para possibilitar a reposição de matrizes animais a produtores rurais engajados em determinadas iniciativas do Governo Federal de controle e prevenção da brucelose e tuberculose.

**Resultados**

De 2003 a junho de 2010, foram financiados R\$ 6,6 bilhões pelo Programa.

**Manutenção do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota)****Objetivo**

Renovar a frota de máquinas e implementos agrícolas, ampliando a produtividade e reduzindo custos para o produtor rural, pelo aumento da eficiência dos equipamentos.

**Data de início**

3/7/2002

**Instrumento legal**

- Resolução Bacen nº 2.975, de 2002

**Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Para estimular o financiamento para a aquisição de tratores agrícolas e implementos associados, colheitadeiras e equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café.

**Resultados**

De 2003 a junho de 2010, R\$ 12,8 bilhões foram financiados pelo Programa.

**Manutenção do Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Floresta (Propflora)****Objetivos**

- Contribuir para a redução do déficit existente no plantio de árvores utilizadas como matérias-primas pelas indústrias, principalmente a moveleira.
- Incrementar a diversificação das atividades produtivas no meio rural.
- Gerar emprego e renda de forma descentralizada e alavancar o desenvolvimento tecnológico e comercial do setor.

**Data de início**

3/7/2002

**Instrumento legal**

- Resolução Bacen nº 2.992, de 2002

**Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Para estimular a produção de madeira para a indústria moveleira, contribuindo com a preservação de florestas nativas, bem como apoiar a recomposição e manutenção de áreas de preservação e reserva florestal legal.

**Resultados**

De 2003 a junho de 2010, o Programa financiou R\$ 329,4 milhões.

**Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária****Objetivo**

Aumentar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização.

**Data de início**

25/6/2003

**Instrumento legal**

Resolução Bacen nº 3.087, de 2003

**Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Para fomentar a modernização dos sistemas produtivos e de comercialização das cooperativas agropecuárias, por meio de implantação, instalação e modernização de unidades industriais de diversos setores da atividade agropecuária, aumentando a capacidade competitiva das cooperativas, principalmente àquelas voltadas ao mercado internacional.

**Resultados**

De 2003 a junho de 2010, foram financiados pelo Programa R\$ 4,1 bilhões.

**Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável****Objetivo**

Estimular a recuperação de áreas degradadas, reinserindo-as no processo produtivo, além de fomentar a adoção de sistemas sustentáveis.

**Data de início**

30/6/2008

**Instrumento legal**

- Resolução Bacen nº 3.588, de 2008

**Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Para estimular a recuperação de áreas destinadas à produção agropecuária com desempenho abaixo da média devido à deterioração do solo, além de reinserir essas áreas no processo produtivo. Também para estimular a adoção de sistemas sustentáveis, como Integração Lavoura Pecuária Silvicultura e orgânico, diminuindo a pressão por desmatamento.

**Resultados**

De 2008 a junho de 2010, foram financiados R\$ 636,2 milhões pelo Programa.

**Programa Agricultura de Baixo Carbono****Objetivos**

Promover a redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas das atividades agropecuárias e contribuir para a redução do desmatamento.

**Data de início**

17/8/2010

**Instrumento legal**

- Resolução Bacen nº 3.896, de 2010

**Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Para oferecer à agropecuária brasileira alternativas tecnológicas para minimizar a emissão dos gases de efeito estufa, visando dar ao produtor rural condições para a realização de investimentos necessários à incorporação dessas tecnologias ao longo do processo produtivo.

**Resultados**

Por ser um programa recente, criado para a safra 2010-2011, ainda não foi possível aferir resultados. A previsão inicial de investimentos para a safra atual é de R\$ 2 bilhões.

**Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp)****Objetivos**

Oferecer ao médio produtor rural condições de financiamento adequadas, possibilitando o aumento da produção agropecuária e da produtividade, assim como favorecer a absorção de maior contingente de mão de obra rural.

**Data de início**

17/8/2010

**Instrumento legal**

- Resolução Bacen nº 3.896, de 2010

**Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Para suprir uma lacuna na oferta de uma política pública voltada especificamente ao médio produtor rural, aquele que não se encontra adequadamente contemplado nos programas ou políticas destinadas ao produtor rural familiar ou à agricultura empresarial, facilitando a transição entre esses dois segmentos.

## Resultados

O Pronamp foi convertido a partir do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural e ambos totalizam uma aplicação de R\$ 9,9 bilhões, de julho de 2003 a junho de 2010.

### Documentos de referência

- Plano Agrícola e Pecuário elaborado pela Secretaria de Política Agrícola (SPA) e publicado anualmente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Relatório de Gestão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, exercícios 2003 a 2009.
- Série Institucional da Secretaria de Produção e Agroenergia nº 3, de 2009.
- Estatísticas e Dados Básicos de Economia Agrícola, publicação interna da Secretaria de Política Agrícola, edição de julho de 2010.

## B) APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

O Governo Federal, ao longo dos anos, tem apoiado o setor agropecuário com a edição de linhas de crédito especiais, a garantia de preços mínimos para determinados produtos, a equalização de preços e as aquisições próprias, dentre outras ações. Anualmente, o Governo lança o Plano Agrícola e Pecuário, no qual são definidas as linhas de crédito a serem liberadas para a safra, bem como as formas de apoio à comercialização, com a quantificação dos valores a serem aplicados nos diversos instrumentos de equalização de preços, de aquisição direta aos produtores, além da oferta de contratos públicos e privados de opção de venda.

Outra forma de apoio à comercialização é a fixação de preços mínimos para determinados produtos, por região, garantindo aos produtores preços ajustados aos custos variáveis das culturas.

Dentre as formas de intervenção do Governo para apoio à comercialização, destaca-se a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) com os seguintes instrumentos:

- Aquisição do Governo Federal (AGF)
- Empréstimo do Governo Federal (EGF)
- Linha Especial de Crédito à Comercialização (LEC)
- Contrato de Opção de Venda
- Prêmio Escoamento de Produto (PEP) e Valor de Escoamento de Produto (VEP)
- Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (Peppo)
- Contratos Privados de Opção de Venda
- Prêmio de Risco de Opção Privada (Prop)

Com relação aos gastos do Governo Federal para o apoio à comercialização e sustentação de preços, durante o período de 2003 a setembro de 2010, foram alocados do orçamento R\$ 13,6 bilhões para a comercialização de 77,9 milhões de toneladas.

Esses gastos estão distribuídos da seguinte forma:

- AGF: R\$ 2,1 bilhões para 6,8 milhões de toneladas.
- PEP: R\$ 3,0 bilhões para 33,5 milhões de toneladas.
- Prop: R\$ 681 milhões para 7,1 milhões de toneladas.
- Opção Pública: R\$ 6,7 bilhões para 11,4 milhões de toneladas.
- Peppo: R\$ 3,0 bilhões para 19,1 milhões de toneladas.

Obs: Os instrumentos EGF e LEC são financiamentos dos bancos privados, portanto, não se incluem na alocação do apoio direto do Tesouro Nacional.

A título de informação, em 2008 foram aplicados R\$ 6,0 bilhões para EGF e R\$ 756 milhões para LEC.

### Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)

Instituída pelo Governo Federal na década de 60 e aprimorada ao longo dos anos, a PGPM permite a intervenção do Governo no mercado, com a finalidade de garantir aos produtores o recebimento do preço mínimo definido em portaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quando os preços de mercado se situarem em nível inferior. Durante a safra, a PGPM atua como um seguro de preço, garantindo aos seus beneficiários uma renda mínima para suas produções. A eficácia desse objetivo depende dos valores de preços fixados pelo Governo, da disponibilidade de recursos e do volume de produto operacionalizado comparativamente ao total da produção.

#### **Data de início**

19/12/1966

#### **Instrumento legal**

- Decreto-Lei nº 79, de 1966

Os principais instrumentos da PGPM são:

### **Manutenção da Aquisição do Governo Federal (AGF)**

Mecanismo que permite ao Governo Federal adquirir produto agrícola de produtor rural ou cooperativa, ao valor do preço mínimo de garantia quando o preço de mercado é inferior ao mínimo fixado. Havendo disponibilidade orçamentária, o Mapa, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), pode também adquirir produtos a preços de mercado, independentemente do preço mínimo, para atender à agricultura familiar e para a formação de estoques estratégicos.

#### **Data de início**

19/12/1966

#### **Instrumento legal**

- Decreto-Lei nº 79, de 1966

### **Manutenção do Empréstimo do Governo Federal (EGF)**

Financiamento concedido a produtores, cooperativas e agroindústrias para permitir a estocagem do produto e viabilizar uma melhor distribuição da oferta ao longo do ano.

#### **Data de início**

19/12/1966

#### **Instrumento legal**

- Decreto-Lei nº 79, de 1966

### **Manutenção do Contrato de Opção de Venda**

Instrumento de apoio à comercialização, no qual o Governo se compromete a adquirir, de produtores rurais e cooperativas, a quantidade de produto vinculado ao contrato de opção, no seu vencimento e a um determinado preço (chamado preço de exercício). É lançado por meio de leilão público, mediante um prêmio, e permite indicar aos agentes do mercado uma expectativa de preços futuros. Representa um seguro de preços aos produtores e cooperativas e uma forma moderna de intervenção do Governo no mercado.

#### **Data de início**

21/3/1996

#### **Instrumento legal**

- Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.260

### **Manutenção do Prêmio Escoamento de Produto e do Valor de Escoamento de Produto**

O Prêmio Escoamento de Produto (PEP) é um instrumento que garante ao produtor e à cooperativa o preço mínimo do produto, sem que haja sua aquisição pelo Governo. A equalização dos preços, com o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado, garante a renda mínima do produtor e o abastecimento de regiões deficitárias, a partir de estoques privados.

O Valor de Escoamento de Produto (VEP) tem a mesma sistemática de funcionamento. Entretanto, é utilizado apenas para produtos originários de estoque público.

**Data de início**

7/11/1996

**Instrumento legal**

- Lei nº 8.427, de 1992.

**Manutenção do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (Pepro)**

A exemplo do PEP, o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (Pepro) desobriga o Governo a adquirir produtos agropecuários, mas permite a equalização dos preços com os praticados no mercado, mediante o pagamento do prêmio diretamente ao produtor, que participa do leilão, e viabiliza o escoamento de produto para complementar o abastecimento nas regiões consumidoras.

**Data de início**

27/5/1992

**Instrumento legal**

- Lei nº 8.427, de 1992

**Criação da Linha Especial de Crédito à Comercialização (LEC)**

Instrumento de apoio à comercialização agrícola, que tem similaridade com o EGF. O preço base para o financiamento de estocagem é desvinculado do preço mínimo e próximo ao de mercado. Os produtos elegíveis para a LEC são definidos pelos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda. Os produtos contemplados no plano agrícola são abacaxi, banana, goiaba, maçã, mamão, manga, maracujá, pêssego, mel, lã, carne suína, dentre outros.

A LEC foi criada com o intuito de proporcionar capital de giro para a comercialização de produtos agropecuários que não estavam contemplados com a PGPM. Diferentemente do EGF, a linha é desvinculada da garantia de estocagem do produto comercializado. É uma linha de financiamento com taxa de juros do crédito rural e com fonte de recursos das exigibilidades dos depósitos à vista.

**Data de início**

19/2/2003

**Instrumento legal**

- Resolução CMN nº 3.065, de 2003

**Criação dos Contratos Privados de Opção de Venda e Prêmio de Risco de Opção Privada (Prop)**

Trata-se de instrumento que funciona de modo similar ao clássico Contrato de Opção de Venda ao Governo. Tem o objetivo de sustentar as cotações de determinado produto e de sinalizar ao mercado a trajetória de preços. A principal diferença é que, no novo instrumento, quem lança as opções é o setor privado e não o Governo, mediante o arremate de um prêmio de risco, ofertado pelo Governo, para assumir a operação.

A criação do Prop se deveu à necessidade de estimular ou evitar a queda de plantio no período de tomada de decisão do produtor. Apesar da antecipação do mecanismo antes do plantio, sua utilização não implica gastos imediatos do Tesouro, podendo, inclusive, no momento do exercício da opção, significar efetivamente nenhum gasto do Governo em todo o período da operação, caso haja evolução positiva dos preços.

**Data de início**

2005

**Instrumento legal**

- Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.

### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Os mecanismos de apoio à comercialização foram criados para aumentar a eficiência no uso dos recursos de suporte à comercialização agrícola que Governo coloca à disposição por meio do orçamento e das operações oficiais de crédito.

A equalização de preços (PEP, Pepero, etc.), em vez da tradicional compra governamental de produtos agrícolas (AGF), permite uma alavancagem no volume de produtos e produtores rurais atendidos com menos necessidade de recursos governamentais dentro da PGPM.

O Decreto Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, determinava que o suporte aos preços mínimos fosse feito com compras públicas (AGF) e financiamentos públicos (EGF) de produtos agrícolas.

A alteração mais importante ocorrida, desde a implantação desse sistema, foi feita pela Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que permitiu ao Governo Federal garantir os preços mínimos com a equalização de preços em vez da exclusiva formação de estoques governamentais (AGF e EGF).

A motivação, já mencionada, foi a possibilidade de uma alavancagem dos recursos do Tesouro Nacional aplicados no setor.

A LEC foi criada com o intuito de proporcionar capital de giro para a comercialização de produtos agropecuários que não estavam contemplados com a PGPM e, diferentemente do EGF, a linha é desvinculada da garantia de estocagem do produto comercializado. É uma linha de financiamento com taxa de juros do crédito rural e com fonte de recursos das exigibilidades dos depósitos à vista.

A criação do Prop se deveu à necessidade de estimular ou evitar a queda de plantio no período de tomada de decisão do produtor. Apesar da antecipação do mecanismo antes do plantio, sua utilização não implica gastos imediatos do Tesouro, podendo, inclusive, no momento do exercício da opção, significar efetivamente nenhum gasto do governo em todo o período da operação, caso haja a evolução positiva dos preços.

As diferenças básicas, no âmbito do Apoio à Comercialização, do foi realizado a partir de 2003 em relação aos governos anteriores são:

Na Política de suporte de preços, utilizam-se principalmente os mecanismos de equalização no lugar das compras onerosas realizadas no passado (AGF). Isso possibilita maior qualidade dos gastos públicos, menor gasto, e ao mesmo tempo alavanca maior volume de produtos apoiados.

No financiamento da comercialização, a LEC, diferentemente do EGF, possibilita uma maior flexibilidade e menos burocracia na sua operação. Já que trata-se de financiamento é desvinculado da PGPM e não exige a estocagem física dos produtos.

### **Resultados**

De 2003 a setembro de 2010, as operações de apoio à comercialização acumularam 77,9 milhões de toneladas com a utilização de PEP, Prop, Pepero, Contrato de Opção de Venda e AGF, com a aplicação de R\$ 13,6 bilhões. Essas operações abrangeram as culturas de algodão, arroz, café, feijão, mandioca, milho, trigo, soja, dentre outras.

Houve aumento significativo do volume de produtos apoiados, uma vez que, com o mesmo montante de recursos era possível equalizar parcela maior da produção. Com as operações apoiadas por mecanismos de equalização (PEP, Pepero, Prop), o Governo Federal, para uma mesma unidade de produto – como algodão, milho, soja, arroz – passou a empregar menos recursos do que se estivesse utilizando os tradicionais mecanismos de aquisição (AGF e EGF) para formação de estoques. Além disso, a própria formação dos estoques implicaria em maiores dispêndios com despesas de armazenagem, manuseio, remoções, perdas, etc.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## **Apoio ao Cooperativismo e Desenvolvimento Agropecuário**

No período entre 2003 e 2010, o Governo Federal implantou importantes políticas de desenvolvimento do setor agropecuário, como o fomento à agregação de valor e da qualidade dos produtos; o fortalecimento do cooperativismo e do associativismo rural; e a coordenação e a realização de estudos e propostas para a eliminação dos gargalos da infraestrutura e logística de interesse do setor agropecuário. Esse trabalho envolveu intensa articulação com as lideranças da sociedade, do empresariado e de diversos órgãos governamentais de todas as instâncias.

Promoveu-se a reformulação das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da organização da base social e ao empreendedorismo, por meio do cooperativismo e do associativismo rural. Foram criados o Programa Profissionalização da Gestão Cooperativa (ProfiCoop); o Programa Nacional Permanente de Desenvolvimento da Agroindustrialização de Cooperativas (InterAgro); a Cooperativa Interdisciplinar de Serviços Técnicos (InterCoop); e o Programa de Integração Regional Cooperativa no Mercosul (CooperSul); e mantido o Programa Gênero e Cooperativismo (CooperGênero), visando à profissionalização da gestão

cooperativa; à organização das cadeias produtivas; ao estímulo e apoio à equidade de gênero na gestão cooperativa; à inserção das cooperativas brasileiras em mercados internacionais; e ao fortalecimento regional do cooperativismo brasileiro no Mercosul.

Na área de infraestrutura e logística agropecuária, instituiu-se o Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, que prevê a certificação obrigatória de armazéns, a fim de assegurar a qualidade dos produtos armazenados e a redução de perdas, bem como o Sistema de Higienização de Aeronaves Agrícolas por meio de “pátios de descontaminação”.

No que diz respeito à tecnologia agropecuária, foram analisados 1.530 pedidos de reconhecimento de direito de propriedade intelectual para inovações em variedades vegetais (proteção de cultivares) de 107 espécies agrícolas. Instituiu-se a Política Nacional de Biotecnologia e foi elaborado o Plano Nacional para Conservação e Uso Racional de Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura. Além disso, 13 projetos de conservação de recursos genéticos receberam apoio oficial do Governo.

Foram selecionados 153 produtos agropecuários com potencial de obtenção de registro de Indicação Geográfica (IG), dos quais 81 estão em fase de estudo nos estados e oito já obtiveram a certificação.

Consolidou-se o Programa Pró-Orgânico, que busca fomentar a produção livre do uso de agrotóxicos, com o cadastramento de produtores e o credenciamento dos organismos de controle. Foram implantados os projetos Semana dos Alimentos Orgânicos e Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes. Graças a essas ações, houve expansão do número de produtores orgânicos de 20 mil para 90,5 mil no período, ocupando área cultivada superior a quatro milhões de hectares.

Na área de Produção Integrada Animal, foram implantados dez polos demonstrativos de boas práticas agropecuárias para bovinos de corte e de leite, suínos, caprinos, ovinos e abelhas. Para consolidar a marca Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil), foram aprovados 32 projetos em 31 cadeias de produção vegetal de relevante interesse econômico.

Nos últimos oito anos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento fomentou a ampliação do Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Florestas (ILPF) e do sistema de plantio direto como forma de manejo sustentável para conservação de solo e água. A área plantada no País por meio do ILPF era de 500 mil hectares em 2003. O sistema oferecia poucas soluções tecnológicas para um número pequeno de culturas, sem linhas de crédito rural ou políticas públicas voltadas a apoiá-lo. Atualmente, existem dois milhões de hectares cultivados sob sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas, com respaldo tecnológico, linhas de créditos específicas, e políticas públicas que orientam a reintegração de áreas degradadas para a recuperação, por meio dos instrumentos de crédito voltados à agricultura de baixo carbono. Essa é uma forma de reduzir a demanda de novas áreas de fronteira agrícola, especialmente na Amazônia. Cerca de 25,5 milhões de hectares adotam hoje o plantio na palha – em 2003 eram 20,2 milhões de ha –, também chamado de plantio direto, com a ampliação de 20,7% no período em benefício da qualidade do solo e das águas no meio rural.

## **Programa de Profissionalização da Gestão Cooperativa e Formação de Redes de Cooperação (Proficoop)**

### **Objetivo**

Fortalecer a integração em rede de negócios e a profissionalização gerencial de produtores, associações, cooperativas e empresas vinculadas, reforçando o empreendedorismo e a gestão estratégica concorrencial, para atender às demandas criadas pelo processo de globalização da economia.

### **Data de início**

Março/2003

### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

O Proficoop foi criado com o objetivo de profissionalizar a gestão das cooperativas e associações do agronegócio, por meio da capacitação de dirigentes e colaboradores de cooperativas e associações rurais, para garantir a sustentabilidade, o desenvolvimento organizacional, a modernização da administração cooperativa e a gestão econômico-financeira.

### **Resultados**

Entre 2003 e 2010, foram capacitados cerca de 500 técnicos integrantes de 190 entidades em todo o Brasil.

## **Programas Cooperjovem e Coopergênero**

### **Objetivo**

Fomentar projetos e ações que tenham como objetivo principal preparar novas lideranças para o desenvolvimento do sentido da cooperação, mediante a qualificação, requalificação e capacitação de jovens e mulheres na doutrina e filosofia

cooperativista, priorizando o cooperativismo como temática de educação nas escolas da rede oficial de ensino e nas cooperativas educacionais que queiram participar dos Programas.

#### **Data de início**

Cooperjovem: 2003

Coopergênero: 2004

#### **Instrumentos legais**

- Cooperjovem: Plano de Trabalho realizado em novembro de 2003, contendo Programas e Projetos para o Desenvolvimento do Cooperativismo Brasileiro.
- Coopergênero: Portaria nº 156, de 7 de julho de 2004.

#### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

O Programa Gênero e Cooperativismo (Coopergênero) foi reformulado e ampliado para fomentar a participação da mulher nos mercados de trabalho e nos postos de liderança cooperativistas e associativistas. Já o Cooperjovem, para sensibilizar e motivar os jovens em fase de educação formal a valorizar a cultura da ação coletiva e empreendedora.

#### **Resultados**

##### **Cooperjovem**

- Elaboração e edição de material institucional para multiplicadores em educação cooperativista.
- Realização de dez encontros regionais de multiplicadores em educação cooperativista do Programa.
- Realização média de oito oficinas por ano para a formação de multiplicadores do Programa em educação cooperativista.
- Realização de cinco encontros de jovens – novas lideranças e instalação de conselhos estaduais de jovens empreendedores cooperativistas.
- Realização do II Encontro de Jovens Empreendedores Cooperativistas.
- Capacitação de 7.908 jovens, por meio de palestras, eventos, cursos, oficinas, seminários, fóruns, prêmios e convênios.

##### **Coopergênero**

- Desde sua criação, em 2004, o Coopergênero investiu, em 23 estados brasileiros, mais de R\$ 2,5 milhões, por meio de repasses para a realização de seminários, oficinas, cursos, palestras, reuniões.
- Foram beneficiados 30.955 mulheres e homens diretamente e cerca de 65 mil, indiretamente, com eventos de formação de lideranças – palestras, cursos, oficinas, seminários, fóruns, prêmios, convênios.

### **Programa de Desenvolvimento do Cooperativismo das Regiões Norte e Nordeste (Norcoop)**

#### **Objetivos**

Fortalecer e reestruturar o cooperativismo nas regiões Norte e Nordeste, tendo em vista o estágio incipiente em que essa forma de organização produtiva encontra-se nessas regiões, com a promoção de ações para a redução das desigualdades regionais, mediante o desenvolvimento de estudos, consultorias e monitoramento de processos, produtos e serviços, visando à melhoria da qualidade de vida e à elevação de renda, com agregação de atividades produtivas.

#### **Data de início**

10/4/2006

#### **Instrumento legal**

- Portaria Ministerial nº 85, de 10 de abril de 2006 (Item VI do art. 9º), em regulamentação do previsto pelo Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005.

#### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

As primeiras discussões a respeito do Programa ocorreram a partir de 2003, quando da constituição do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para o desenvolvimento do cooperativismo, primeiramente coordenado pela Casa Civil e, posteriormente, pelo Mapa. O Norcoop foi criado em 2004 e institucionalizado em 2006.

O objetivo é fortalecer e reestruturar o cooperativismo no Norte e no Nordeste, em função do estágio incipiente em que ele se encontra nessas regiões, com a promoção de ações para redução das desigualdades regionais, mediante o desenvolvimento de estudos, consultorias e monitoramento de processos, produtos e serviços, visando à melhoria da qualidade de vida e à elevação de renda com agregação de atividades produtivas.

### Resultados

Cerca de 400 entidades assistidas nas seguintes ações:

- Cursos de Gestão Profissional
- Capacitações da Autogestão
- Treinamentos de Educação Cooperativista

## Programa Nacional Permanente de Desenvolvimento da Agroindustrialização de Cooperativas (Interagro)

### Objetivo

Apoiar a elaboração de projetos-pilotos visando à criação de agroindústrias cooperativas, com base em cadeias produtivas.

### Data de início

2009.

### Instrumento legal

- Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010 (Item IV do art. 18).

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Interagro foi criado para proporcionar a integração dos vários segmentos das cadeias produtivas, com o objetivo de empoderar os produtores cooperados mediante a organização da base social da produção agropecuária. Também busca permitir a diminuição dos custos de produção, por meio da compra coletiva em escala de produtos e da redução da intermediação na comercialização de sua produção, aumentando a renda e a estabilidade econômica do setor agropecuário e agroindustrial.

### Resultados

Estruturação competitiva das cadeias produtivas, por meio da formatação de consórcios, auxiliando a elaboração do Plano de Negócio Conjunto e a formalização de Integração Contratual para ampliar a participação das Cooperativas no acesso ao mercado. No período foram formados os seguintes consórcios:

- Consórcio Nacional Cooperativo Agropecuário (Coonagro), no Paraná, com 21 cooperativas e 60 mil associados.
- Consórcio Mel Export, nos estados do Piauí, Ceará e da Bahia, com dez cooperativas e 1,5 mil produtores.
- Consórcio Cooperativo Agropecuário Brasileiro (CCAB), no Mato Grosso, com 21 cooperativas e 15 mil associados.

## Programa de Cooperação Internacional e Internacionalização de Cooperativas (Intercoop)

### Objetivo

Fomentar a inserção das cooperativas brasileiras nos mercados internacionais, com a geração de oportunidades de negócio, além de promover a capacitação técnica de cooperativas e associações.

### Data de início

2003, reformulado em janeiro de 2009.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Programa foi instituído devido à crescente importância do mercado internacional para a economia e as empresas brasileiras, em especial as cooperativas. Também levou em conta a necessidade de intensificar as ações de apoio à efetiva inserção comercial das cooperativas nos mercados internacionais.

## Resultados

- Em 2009-2010, o InterCoop participou do esforço de ampliar em 14% as exportações do setor cooperativo, com a promoção de:
  - ✓ Duas missões internacionais comerciais: China (Pequim, Hong Kong e Shanghai), dos setores de café, lácteos, carnes (aves e suínos), grãos, matérias-primas, algodão e outras fibras; e Norte da África (Egito e Argélia), dos setores de grãos (complexo soja e milho), café e lácteos.
  - ✓ Quatro missões técnicas e comerciais: Espanha (setor de suínos), com o objetivo de conhecer a estruturação do mercado de cortes suínos naquele país, como ferramenta para estruturar esse mercado no Brasil; Chile (setor de frutas), com o objetivo de conhecer a estrutura de exportação do setor e o programa ProChile, de inserção de Médias e Pequenas Empresas no mercado internacional; Canadá e Estados Unidos (setor de lácteos), para *benchmarking* e busca de parcerias de investimentos, principalmente no segmento de soro; e China e Japão, em parceria com a Organização das Cooperativas do Paraná, nos setores de grãos, carnes e lácteos.
- Realização de oito painéis “Agronegócio e Cooperativismo” nos Encomex de Goiânia (GO), Belém (PA), Vitória (ES), Fortaleza (CE), Foz do Iguaçu (PR), São Paulo (SP), João Pessoa (PB) e São José do Rio Preto (SP), em 2009; e Recife (PE), Manaus (AM) e Porto Alegre (RS), em 2010.
- Participação em nove seminários do agronegócio para a exportação (AgroEx), nas cidades de Viçosa (MG); Porto Alegre (RS); Tangará da Serra e Sinop (MT); Campina Grande (PB); Altamira (PA); Xanxerê (SC) e Manaus (AM), em 2009. Em 2010, houve a participação em Londrina (PR); Montes Claros (MG); Marco (CE); Palmas (TO); Cristalina (GO) e Pelotas (RS).
- Realização de três reuniões, em 2010, sobre Encontros Brasileiros para Integração Agroempresarial, nas cidades de Goiânia (GO), Florianópolis (SC) e Belém (PA).
- Preparação do material para a confecção da publicação eletrônica “Aprendendo a Exportar – Cooperativas”, série de documentos sobre procedimentos para exportação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

## Programa de Integração Regional Cooperativa no Mercosul (Coopersul)

### Objetivos

Fomentar e fortalecer a integração regional do cooperativismo brasileiro no âmbito do Mercosul. O principal instrumento do CooperSul é a participação do Ministério na Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM).

### Data de início

Segundo semestre de 2003.

### Instrumento legal

- Resolução do Grupo de Mercado Comum nº 35, de outubro de 2001.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Programa foi criado para facilitar as negociações entre as cooperativas dos países-membros do Mercosul.

### Resultados

- Aprovação do Estatuto de Cooperativas do Mercosul (abril de 2009).
- Desenvolvimento do projeto para instalação do Escritório de Negócios das Cooperativas do Mercosul.
- Implementação do Espaço Mercosul de Formação em Economia Social e Solidária (EMFESS), por meio da participação de cooperativas brasileiras em intercâmbios sobre gestão na Argentina, Paraguai e Uruguai (2009); e da organização do encontro de cooperativas do Mercosul no Brasil (2010).

## Ampliação da Produção Integrada

### Objetivo

Integrar os recursos naturais e os mecanismos de normalização das atividades agropecuárias, visando minimizar o aporte de insumos, com a utilização de tecnologias que respeitem o meio ambiente.

### Data de início

1990

### Instrumentos legais

- Lei nº 8.171, de 1990, Inciso XV do art. 3º: assegura a qualidade dos produtos de origem agropecuária, seus derivados e resíduos de valor econômico (Inciso incluído pela Lei nº 10.298, de 30 de outubro de 2001).
- Instrução Normativa nº 56, de 6 de novembro de 2008: estabelece os procedimentos gerais de Recomendações de Boas Práticas de Bem-Estar para Animais de Produção e de Interesse Econômico, abrangendo os sistemas de produção e o transporte.
- Instrução Normativa nº 01, de 29 de dezembro 2009: aprova as Normas Técnicas para Importação e Exportação de Equídeos para Reprodução, Competições de Hipismo e Provas Funcionais.
- Instrução Normativa nº 27, de 30 de agosto de 2010: estabelece as Diretrizes Gerais com vistas a fixar preceitos e orientações para os programas e projetos que fomentem e desenvolvam a Produção Integrada Agropecuária Brasil.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Desde 2003, o programa foi ampliado de 14 espécies de frutas para 52 culturas, inclusive de grãos, olerícolas, ornamentais, medicinais e de culturas da produção animal, o que possibilitou substituir práticas agrícolas, pecuárias e agroindustriais convencionais e onerosas por processos que possibilitem a rastreabilidade dos produtos; diminuição dos custos de produção; melhoria da qualidade; redução dos danos ambientais; e aumento do grau de credibilidade e confiabilidade do consumidor em relação aos produtos agropecuários brasileiros, com especial foco no mercado externo.

### Resultados

- Implantação e validação de dez polos demonstrativos de Boas Práticas Agropecuárias e de Produção Integrada nas áreas de: bovinocultura de leite, no Paraná; e de corte, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul; apicultura, em Santa Catarina e no Piauí; ovinocultura, no Ceará e no Paraná; caprinocultura de leite, no Ceará; e suinocultura, no Paraná. Também houve apoio à implantação de dois projetos de Bem-Estar Animal.
- Realização de provas genéticas e publicação anual de sumários dos resultados da avaliação genética para características zootécnicas de interesse econômico das raças bovinas Gir Leiteiro, Girolando, Guzerá Leiteiro, Simbrasil e Simental e ovinos da raça Santa Inês.
- Implantação, execução e acompanhamento de projetos de Produção Integrada Agropecuária em 15 estados da federação, com 32 projetos-pilotos, contemplando 31 cadeias produtivas de grande importância nacional, como as cadeias de frutas, cana-de-açúcar, milho, hortaliças folhosas, tomate, batata e flores, dentre outras.

## Produção orgânica – Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (Pró-Orgânico)

### Objetivos

Promover o aumento da produção e a expansão do mercado interno de produtos orgânicos, criando ferramentas que estabeleçam mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica e instrumentos que possibilitem a superação de gargalos existentes em diferentes pontos da rede de produção orgânica.

### Data de início

2003

### Instrumentos legais

- Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003
- Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007

## Participação e controle social

O Pró-Orgânico tem por princípio a participação ativa de representantes dos diferentes segmentos que integram a rede de produção orgânica em todo seu processo de gestão. Como base para a participação e o controle social, o programa conta com as comissões da produção orgânica (CPOrgs), em cada uma das unidades da Federação, e uma Comissão Nacional da Produção Orgânica (CNPOrg). Essas comissões estão regulamentadas pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, complementado pela Instrução Normativa nº 54, de 22 de outubro de 2008. As comissões têm sempre participação paritária de representantes do setor público e privado, e a rede por elas formada conta hoje com mais de 350 entidades de todas as regiões do País. As CPOrgs desempenham papel importante no controle social como mecanismo de garantia da qualidade orgânica, tendo sua participação estabelecida nos regulamentos citados anteriormente.

Outro fórum importante de participação da sociedade é a Câmara Temática de Agricultura Orgânica, que conta atualmente com a participação de 28 representantes de diferentes segmentos da rede de produção orgânica. As câmaras temáticas e setoriais são órgãos de assessoramento do ministro na definição das políticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o setor.

A participação das comissões e da câmara temática no processo de elaboração e aprimoramento das normas e regulamentos do setor está regulamentada pelo Decreto nº 6.323, de 2007.

## Modelo de gestão

A agricultura orgânica, por sua transversalidade em função da diversidade de produtos e serviços que podem ser reconhecidos como orgânicos, obriga a uma intensa articulação com outros órgãos, tendo participação mais direta na esfera federal os ministérios do Meio Ambiente (MMA); do Desenvolvimento Agrário (MDA); da Ciência e Tecnologia (MCT); da Educação (MEC), e da Saúde (MS), além da Casa Civil da Presidência da República; bem como de outras entidades públicas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro); e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Uma vez que as ações se desenvolvem em todo o País, em cada unidade da Federação se repete a articulação com representações das esferas estadual e municipal, de diferentes segmentos, sob a coordenação dos responsáveis pela área de orgânicos em cada uma das 27 superintendências federais de Agricultura.

## Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Pró-Orgânico foi criado para divulgar e promover, no meio rural e urbano, uma nova visão de desenvolvimento rural, com base na segurança alimentar, na sustentabilidade e nas atividades agropecuárias nas quais a preocupação com as questões ambientais e sociais tenham, no mínimo, a mesma importância que os aspectos econômicos.

## Resultados

- Criação do marco legal para a produção orgânica brasileira com elaboração e publicação dos seguintes atos: Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003; Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007; Instrução Normativa nº 54, de 22 de outubro de 2008; Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008; Instrução Normativa Conjunta nº 17, de 28 de maio de 2009; Instrução Normativa Conjunta nº 18, de 28 de maio de 2009; Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009; Decreto nº 6.913, de 23 de julho de 2009; e Instrução Normativa nº 50, de 5 de novembro de 2009.
- Implementação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.
- Normatização e instrumentalização, por tecnologia da informação, do Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos a ser implantado até dezembro de 2010, a partir do qual será possível efetuar o cadastramento de produtores orgânicos do País.
- Promoção, desde 2005, da Semana dos Alimentos Orgânicos.
- Execução do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Aduvos Verdes, que, desde 2007, assistiu e capacitou mais de dois mil produtores orgânicos ou em transição agroecológica e 200 técnicos; distribuiu 16 toneladas de sementes; e consolidou mais de 250 bancos comunitários.
- Apoio à formação de núcleos de estudo em agroecologia e sistemas orgânicos de produção em escolas da Rede Federal de Ensino Técnico-Tecnológico, beneficiando 30 entidades selecionadas a partir de edital publicado em parceria com os ministérios da Educação e de Ciência e Tecnologia.

Apoio às atividades das comissões da produção orgânica nas unidades da Federação, voltadas para capacitação de produtores, técnicos e estudantes; promoção da agricultura orgânica e do consumo responsável; organização da rede de produção orgânica e apoio a eventos relacionados com o tema.

## Reformulação da Agricultura Conservacionista

Promove a atividade agropecuária, de forma integrada, competitiva e sustentável, mediante o estímulo à difusão e adoção de práticas conservacionistas de uso e manejo dos recursos naturais direta ou indiretamente vinculados ao processo produtivo, principalmente do solo e da água, com vistas a: garantir a produção de alimentos, fibras e matérias-primas; aumentar a disponibilidade de água de boa qualidade; bem como promover o aumento da produtividade agropecuária.

### Objetivos

- Fomentar a utilização de práticas conservacionistas, de natureza preventiva e corretiva, como o sistema plantio direto na palha, a integração lavoura-pecuária-floresta, para a otimização do uso da água, e a valorização da biodiversidade, fundamentada na concepção e gestão da bacia hidrográfica (microbacia) como unidade territorial de planejamento.
- Identificar e estratificar os resíduos e dejetos oriundos do setor agropecuário com potencial econômico de aproveitamento.
- Identificar tecnologias disponíveis e linhas de financiamento que estimulem a utilização racional de resíduos e dejetos no setor agropecuário.
- Realizar a articulação com outras instituições do setor público e privado, em níveis nacional, regional e local, para a promoção e o desenvolvimento de tecnologia apropriada ao aproveitamento de resíduos e dejetos do setor agropecuário.
- Estimular o setor produtivo agropecuário a adotar técnicas que permitam a agregação de valor aos atuais resíduos e dejetos dos processos produtivos, bem como promover a diminuição dos impactos ambientais negativos gerados pelo seu uso e manejo inadequados, e reduzir os custos de produção.

### Data de início

1972

### Instrumentos legais

- Lei nº 5.851, de 1972
- Lei nº 8.171, de 1991
- Lei nº 10.683, de 2003
- Decreto nº 5.351, de 2005

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Foi instituído com o objetivo de superar alguns desafios quanto à mudança do perfil da agropecuária brasileira, de convencional para tecnificada, sustentável e que atenda aos níveis de exigências nacionais e internacionais quanto à qualidade e à certificação.

Para viabilizar a adoção de uma agricultura sustentável, o Governo Federal implementou planos, programas e projetos demonstrativos que integraram práticas e possibilitaram aos produtores rurais adotar sistemas conservacionistas utilizando-se linhas de crédito com taxas de juros abaixo do praticado no mercado nacional, como foi o caso do Programa de Agricultura de Baixo Carbono que dispõe de R\$ 2,0 bilhões em crédito rural,

### Resultados

De acordo com a Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha, o Brasil aumentou de 12 milhões, em 2003, para cerca de 27 milhões de hectares, em 2010, a área em que se adota esse sistema, o que corresponde a 56,6% da área cultivada com grãos, tornando essa tecnologia extremamente relevante para o processo produtivo. Além disso, essa nova forma de produzir viabiliza ganhos ambientais significativos, ao proporcionar a incorporação de matéria orgânica no solo, com a consequente mitigação de gases de efeito estufa, dentre outros, caracterizando-se como efetiva ferramenta para a conservação do solo e para a agricultura conservacionista.

O Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, que consiste na implantação de diferentes sistemas produtivos em uma mesma área, em plantio consorciado ou em rotação, abrangia, em 2003, cerca de 500 mil hectares. Atualmente, o sistema é utilizado em aproximadamente 1,5 milhão de hectares cultivados no País. Esse processo constitui alternativa sustentável para a recuperação de pastagens degradadas, o que, aliado ao plantio direto e a outras práticas conservacionistas, vem proporcionando um leque de perspectivas para a diversificação da produção e o desenvolvimento no meio rural.

## Manutenção da Infraestrutura Agropecuária

### Objetivos

- Apoiar os pequenos e médios produtores, mediante a construção de unidades de armazenamento, processamento, beneficiamento de produtos agropecuários e aquisição de patrulhas mecanizadas, bem como aquisição de máquinas e implementos agrícolas.
- Implantar unidades denominadas “pátios de descontaminação”, visando garantir a correta limpeza das aeronaves agrícolas utilizadas na aplicação de produtos químicos, de forma a atender critérios mínimos de segurança humana e ambiental, com o uso da tecnologia apropriada.
- Certificar estabelecimentos que prestam serviços remunerados de armazenagem de produtos a terceiros, inclusive de estoques públicos. O Sistema de Certificação de Unidades Armazenadoras tem ainda, como um dos seus objetivos, o fortalecimento da relação do setor armazenador com o setor produtivo e a sociedade, aumentando o profissionalismo do setor e, sobretudo, reduzindo as perdas que ocorrem durante o processo de armazenamento.

### Data de início

1991

### Instrumentos legais

- Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, aponta a promoção da idoneidade dos insumos e serviços empregados na agricultura (inciso XIV do art. 3º); e a produção, a comercialização, o abastecimento e a armazenagem (inciso VII do art. 4º).
- Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, inciso XV do art. 3º : assegura a qualidade dos produtos de origem agropecuária, seus derivados e resíduos de valor econômico (redação dada pela Instrução Normativa nº 02/2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)
- Lei nº 9.973, de 10 de maio de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 3.855, de 3 de julho de 2001, implementada pela Instrução Normativa nº 3, de 2010, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

- Com ampliação das ações de melhoria da infraestrutura agropecuária buscou-se mais qualidade de vida e renda do pequeno e médio produtor rural, a utilização racional de implementos agrícolas, máquinas de beneficiamento de produtos agropecuários e outros equipamentos capazes de agregar valor à sua produção. Em relação a 2003, o volume de recursos ampliou em aproximadamente sete vezes até 2009.
- A implantação do Sistema de Higienização de Aeronaves Agrícolas – criado em 2008, com a divulgação da Instrução Normativa Mapa nº 02, de 2008, e que passou a ser exigido em julho de 2010 – busca implantar infraestrutura que propicie a correta limpeza das aeronaves agrícolas e a adequação às exigências dos órgãos ambientais, uma vez que a atividade requer cuidados a fim de evitar contaminação do solo e da água, minimizando o risco à saúde humana.
- A criação Sistema de Certificação de Unidades Armazenadoras, com implantação a partir de janeiro de 2010 (Instrução Normativa Mapa nº 03, de 2010), tem por objetivo modernizar e dar efetiva segurança às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários, especialmente na armazenagem de grãos, dada a necessidade de estabelecimento de regras para construção, instalação e funcionamento de estruturas de armazenamento com o objetivo de reduzir as perdas quantitativas e qualitativas dos produtos armazenados em benefício de suas qualidades como matérias-primas agroindustriais das rações voltadas à nutrição animal e da segurança alimentar da população.

### Resultados

- Aplicação de Recursos em Projetos de Infraestrutura: entre 2003 e 2010, foram aplicados R\$ 1,78 bilhão, beneficiando 8.655 projetos de infraestrutura agropecuária.
- Implantação do Sistema de Higienização de Aeronaves Agrícolas: ainda não é possível aferir os resultados alcançados, uma vez que o Sistema foi implantado em julho de 2010.
- Implantação do Sistema Nacional de Certificação de Armazéns: ainda não é possível quantificar os resultados alcançados a partir da implantação do Sistema, implementado em janeiro de 2010. No entanto, estima-se que a capacidade estática disponível de armazenamento qualificado seja de, no mínimo, 30 milhões de toneladas anuais pelos próximos quatro anos.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Indicação Geográfica

### Objetivos

Identificar um produto ou serviço como originário de um local, região ou país, quando determinada reputação, característica e/ou qualidade possam ser vinculadas essencialmente a essa origem particular.

Agregar valor aos produtos agropecuários, por meio da certificação, dado o reconhecimento de suas qualidades exclusivas, bem como valorizar a cultura tradicional, a fixação do homem ao campo e a promoção do desenvolvimento socioeconômico regional.

### Data de início

Janeiro/2005

### Instrumento legal

- Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005; Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Por ser ferramenta de agregação de valor aos produtos agropecuários, uma vez que esses passam a se distinguir dos demais produtos.

### Resultados

- Seleção de 153 produtos agropecuários com potencial de obtenção de registro de Indicação Geográfica (IG), dos quais 81 estão em fase de estudo nos estados. Oito produtos já obtiveram o registro no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), sendo sete de Indicação de Procedência (IP) e uma de denominação de origem. As indicações de procedências são:
  - ✓ Vinhos do Vale dos Vinhedos (RS)
  - ✓ Café do Cerrado Mineiro (MG)
  - ✓ Vinhos de Pinto Bandeira (RS)
  - ✓ Carnes do Pampa Gaúcho (RS)
  - ✓ Couros do Vale dos Sinos (RS)
  - ✓ Cachaça de Paraty (RJ)
  - ✓ Frutas do Vale do São Francisco (PE).
- Obtenção de registro como Denominação de Origem para o Arroz do Litoral Norte Gaúcho, do Rio Grande do Sul.

## Promoção da Tecnologia Agropecuária

### Objetivos

- Fomentar a inovação no agronegócio.
- Ampliar a prospecção.
- Promover, viabilizar e estimular a integração de ações e a cooperação para o atendimento da demanda tecnológica de interesse estratégico do setor agropecuário em redes e parques tecnológicos.
- Promover o melhoramento genético animal e vegetal, a biotecnologia e a agricultura de precisão.

### Data de início

Janeiro/2005

### Instrumentos legais

- Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005
- Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010

### Modelo de gestão

As ações são desenvolvidas em conjunto com outros órgãos do Governo Federal, como os ministérios do Meio Ambiente; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; de Ciência e Tecnologia; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; as redes de pesquisa agropecuária; e com o setor produtivo, diretamente ou por meio de suas associações, federações ou sindicatos.

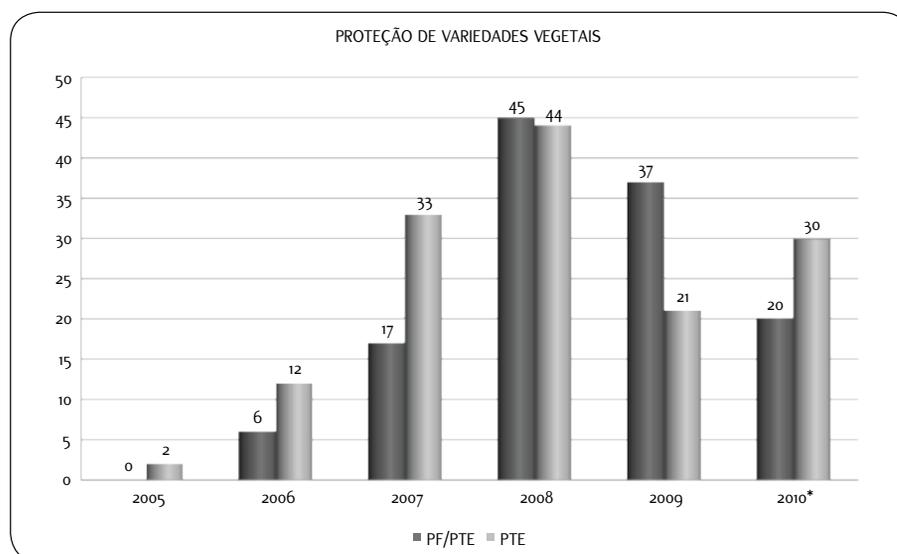
### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Identificou-se a necessidade de atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em áreas estruturantes do agronegócio brasileiro, tais como: promoção de acesso a tecnologias estocadas e em domínio público, de forma a atender as demandas e prioridades do setor produtivo; indução à geração de novas tecnologias; e ampliação de sua difusão junto aos produtores agropecuários.

Outras áreas identificadas foram o desenvolvimento da biotecnologia; da melhoria animal e vegetal; da agricultura de precisão; do parque de máquinas e equipamentos agrícolas adequados às necessidades brasileiras; e da otimização do uso de insumos e redução de perdas.

### Resultados

- Realização de duas edições do Curso à Distância sobre Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio, com a participação de 2,4 mil servidores, pesquisadores, profissionais e outros agentes do agronegócio.
- Criação da Comissão Interministerial Permanente de Ciência e Tecnologia para a Agropecuária.
- Criação e coordenação do Grupo de Trabalho da Agropecuária.
- Implementação da Agenda de Ação da PDP – Biotecnologia, no biênio 2008-2010.
- Capacitações e apoio a projetos específicos.
- Realização de seis cursos de biotecnologia e biossegurança, com 280 servidores capacitados.
- Constituição e coordenação do Comitê Brasileiro de Agricultura de Precisão.
- Apoio a 13 projetos para a conservação *ex situ* (sistema de conservação em que amostra da variabilidade genética de determinada espécie é conservada em condições artificiais, fora do habitat natural da espécie) e *on farm* (sistema de conservação em que a estratégia é monitorar e proteger diferentes acessos e diferentes espécies cultivadas em um agroecossistema) de recursos genéticos.



Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## C) GERENCIAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS

Vários programas foram instituídos pelo Governo Federal desde 2004 para diminuir os riscos advindos de adversidades climáticas, que afetam diretamente os produtores rurais. Dentre eles, destacam-se o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e a Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

O Zoneamento Agrícola de Risco Climático tem por objetivo orientar agricultores, agentes financeiros e seguradoras sobre a melhor época e a melhor tecnologia a ser utilizada no plantio das lavouras, de maneira a minimizar os riscos de perdas ocasionadas por adversidades climáticas.

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária foi reformulado com a criação do Proagro Mais, em 2004, destinado aos produtores da agricultura familiar. Para ser beneficiado pelo Proagro e Proagro Mais, o produtor deve observar as recomendações do Zoneamento Agrícola, que atualmente contempla 40 culturas, com abrangência em 24 unidades da Federação.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) foi instituído em 2003 e tem entre seus objetivos subsidiar parcela do prêmio do seguro rural, em parâmetros estabelecidos em regulamento próprio, e favorecer a obtenção de crédito junto à rede bancária. O produtor, para participar do Programa, deve obrigatoriamente seguir as recomendações sobre épocas de plantio e culturas definidas nas portarias editadas pelo Zoneamento Agrícola.

Outras medidas adotadas foram:

- Abertura do mercado de resseguros, o que possibilita às resseguradoras internacionais operarem no País. Além de ampliar consideravelmente a oferta de produtos de seguro, essa estratégia possibilita a internalizar novas tecnologias e contribui para a redução do prêmio das apólices.
- Instituição do Fundo de Catástrofe, com o objetivo de oferecer cobertura suplementar aos riscos do seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, de florestas e aquícola, decorrentes de eventos climáticos considerados catastróficos.
- Modernização da rede meteorológica nacional, com o aumento na capacidade de coleta e transmissão de dados meteorológicos; aprimoramento na qualidade e confiabilidade das informações meteorológicas; melhoria no desempenho do processamento do Modelo Numérico Brasileiro; ampliação na capacidade da rede de telecomunicações; e desenvolvimento de sistemas de suporte ao planejamento agrícola e de apoio ao seguro garantia safra.

## Manutenção do Zoneamento Agrícola de Risco Climático

Trata-se de um pacote tecnológico que indica as melhores épocas de plantio e cultivares/culturas, por tipos de solos e região, em cada município, de forma a se evitar que eventos climáticos adversos atinjam as lavouras em suas fases fenológicas mais sensíveis, contribuindo assim para minimizar as perdas de safras agrícolas.

Os estudos são divididos em duas etapas e, como produto final, são divulgadas portarias contendo os municípios que atendem aos critérios de risco adotados para cada cultura, bem como a janela de plantio mais adequada para cada um deles. Esses estudos são revisados anualmente e indicam também as cultivares adaptadas às diversas regiões.

Para fazer jus ao Proagro, ao Proagro Mais e à subvenção econômica federal ao prêmio do seguro rural, o produtor tem que observar as recomendações desse pacote tecnológico. Além disso, alguns agentes financeiros já estão condicionando a concessão do crédito rural à observância do mencionado zoneamento.

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) tem papel preponderante na elaboração das portarias de zoneamento, com a divulgação de informações sobre o comportamento observado e previsto do tempo e do clima, bem como outras informações e produtos derivados, subsidiando ações que minimizem os impactos de eventos meteorológicos extremos e das mudanças climáticas.

### Objetivo

Orientar agricultores, agentes financeiros e seguradoras sobre a melhor época e a melhor tecnologia a ser utilizada no plantio das lavouras, de maneira a minimizar os riscos de perdas ocasionadas por adversidades climáticas.

### Data de início

Março/1996

### Instrumento legal

- Leis, decretos, portarias resoluções etc.
- Resolução CNM nº 2.422, de 10 de setembro de 1997, atualmente codificada no Manual de Crédito Rural, Capítulo 16, Seção 2, item 2. (para o Proagro-Mais: MCR 16-10-2/6).

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A atividade agrícola se sujeita a um conjunto de fatores de risco que independe do domínio dos agricultores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos, com reflexos negativos na renda do agricultor e na produção e produtividade das culturas. O zoneamento agrícola tem auxiliado na habilitação dos produtores para enfrentarem os riscos inerentes à sua atividade, com base em informações sobre tempo, pluviometria, solo e cultivares, sugerindo

os momentos de plantio e as culturas adequadas para cada região. Para tanto, esses estudos utilizam levantamentos meteorológicos e climatológicos com elevado grau de acerto e com a escala adequada ao atendimento das necessidades de informações do setor produtivo.

Ao longo dos últimos oito anos, os estudos de zoneamento agrícola de risco climático foram ampliados para novas culturas e unidades da Federação. No período, os estudos de zoneamento alcançaram 40 culturas, apresentando expressivo aumento de 444%, e beneficiaram 24 unidades federativas.

A base de dados climáticos também foi ampliada e atualizada, tendo a metodologia utilizada nos estudos, incorporado novas informações da pesquisa agrícola, e os avanços tecnológicos verificados na agricultura, o que possibilitou a melhoria dos indicativos do zoneamento agrícola.

A melhoria verificada no zoneamento agrícola e, conseqüentemente, de sua confiabilidade, vem contribuindo para expansão da utilização de seus indicativos e, com isso, minimização dos riscos climáticos envolvidos na atividade agrícola, uma vez que é impossível eliminá-los.

Atualmente os produtores têm à disposição zoneamentos agrícolas revisados anualmente, o que lhes permite conduzir os cultivos com riscos climáticos minimizados.

## Resultados

Os produtos contemplados com os estudos abrangem 15 culturas de ciclo anual (abacaxi, algodão, arroz, amendoim, canola, cevada, feijão *phaseolus* e feijão caupi, gergelim, girassol, milheto, milho, soja, sorgo e trigo) e 24 perenes (açai, ameixa, banana, cacau, café, caju, cana-de-açúcar, citrus, coco, dendê, eucalipto, maçã, mamão, mamona, mandioca, maracujá, nectarina, palma forrageira, pêra, pêssego, pimenta-do-reino, pinus, pupunha e uva), além do zoneamento para o consórcio de milho com braquiária.

O Mapa tem dado prioridade à divulgação de zoneamentos para culturas com potencial para produção de biocombustíveis, como palma de óleo (dendê), girassol e mamona, em consonância com o Plano Nacional de Agroenergia, além de dedicar especial atenção às culturas de interesse regional, por exemplo: açai, cacau, coco, milheto e pupunha.

## Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)

O Programa tem por meta subsidiar parcela do prêmio do seguro rural contratado pelo produtor, nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal. Na modalidade agrícola, o benefício varia de 40% a 70%, limitado a R\$ 96 mil por ano para cada produtor. Nas demais modalidades, a subvenção é de 30% do valor do prêmio, limitada a R\$ 32 mil por ano, para cada produtor. Além de subsidiar a parcela do seguro rural, o PSR favorece a obtenção de crédito junto à rede bancária.

O Instituto Nacional de Meteorologia tem papel preponderante no programa, já que o produtor, para habilitar-se a receber subvenção ao prêmio do seguro rural, deverá se adequar às normas sobre épocas de plantio e culturas, estabelecidas nas portarias do Zoneamento Agrícola, que incluem informações meteorológicas.

## Objetivo

Dar garantias ao produtor sobre os investimentos agropecuários realizados, com a redução do custo de aquisição das apólices de seguro rural. Isso contribui para facilitar o acesso a crédito rural e minimizar os riscos recorrentes das adversidades climáticas.

## Data de início

Novembro/2005

## Instrumento legal

- Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004.

## Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Considerando o alto custo das apólices de seguro, às vezes incompatíveis com a renda do produtor rural, o Governo instituiu o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural por se tratar a agropecuária de atividade de alto risco a diversidades climáticas (geadas, secas, excesso de chuvas), que independem da gestão do produtor.

## Resultados

O Programa permitiu ampliar a oferta de seguro rural para todas as regiões produtoras. O PSR está presente em 18 estados, beneficiando 76 culturas, em 6,3 milhões de hectares, na modalidade agrícola além de contemplar as modalidades de seguro rural pecuário, aquícola e de florestas.

No período de vigência do Programa, foram investidos R\$ 757,8 milhões, garantindo capitais da ordem de R\$ 31,7 bilhões, o que representa uma subvenção média produtor/ano de R\$ 3.821,55.

## D) DEFESA AGROPECUÁRIA

A agricultura brasileira vem ganhando importância crescente nos mercados nacional e internacional como fornecedora de alimentos. Em função disso, as questões sanitárias e fitossanitárias adquiriram papel relevante, em face do aumento do nível de exigências do consumidor interno e estrangeiro, com a frequente imposição de barreiras sanitárias (não tarifárias) aos produtos do Brasil. Nesse cenário, o incremento das ações de sanidade agropecuária foi fundamental para garantir e ampliar as exportações do setor. O País avançou no combate às doenças e pragas dos animais e vegetais, na fiscalização da qualidade de produtos destinados à alimentação humana e animal e dos insumos agropecuários e na ampliação e no aperfeiçoamento da rede laboratorial de apoio às ações sanitárias e fitossanitárias.

Ao longo dos últimos oito anos, o Governo Federal atuou na defesa agropecuária com resultados importantes, como a contenção da mosca-da-carambola no Amapá, a supressão populacional da lagarta-da-maçã no Rio Grande do Sul e Santa Catarina e a supressão do cancro cítrico em São Paulo. Quanto à febre aftosa, os esforços levaram o País à ampliação da zona livre da doença com vacinação e ao reconhecimento internacional de Santa Catarina como área livre de febre aftosa sem vacinação. O Governo investiu no combate aos focos de febre aftosa, restabelecendo a condição sanitária original das áreas envolvidas. Não há registro da ocorrência da febre aftosa no País desde maio de 2006. Ao mesmo tempo, houve ampliação da zona livre de peste suína clássica e o Brasil manteve-se livre da doença de *Newcastle* e da influenza aviária. No que se refere à encefalopatia espongiforme bovina – doença da vaca louca – o Brasil foi classificado pela Organização Mundial de Saúde Animal como “país de risco controlado”.

No campo da inspeção dos produtos de origem animal, foram implementados programas de combate à fraude relacionada à absorção excessiva de água em carcaças de aves e combate à fraude do leite, além da implantação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. Nesse aspecto, os estados de Minas Gerais, Paraná e Bahia, e os municípios de Uberlândia (MG), Rosário do Sul e Santa Cruz do Sul, ambos no Rio Grande do Sul, tiveram seus serviços de inspeção considerados equivalentes ao Serviço de Inspeção Federal (SIF).

Ainda foram obtidos resultados relevantes no período, como o estabelecimento de procedimentos para registro de agrotóxicos por equivalência (“genéricos” – Decreto nº 5.981, de 2006). Houve registro de 246 produtos técnicos e produtos formulados. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento também definiu a implantação do monitoramento de resíduos em produtos de origem vegetal, por meio do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal (PNCRC/Vegetal). Por fim, o Governo garantiu a modernização da estrutura da rede nacional de laboratórios agropecuários.

### Manutenção da Campanha de Erradicação do Cancro Cítrico

#### Objetivo

Suprimir o cancro cítrico nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima e Maranhão, evitando sua dispersão para outras partes do País.

#### Data de início

9/12/1974

#### Instrumento legal

- Decreto nº 75.061, de 1974

### **Participação e controle social**

A Campanha de Erradicação do Cancro Cítrico tem comissões executivas estaduais nas unidades da Federação afetadas pela praga. Cada comissão é composta de representantes do governo e dos produtores com o objetivo de executar as instruções e normas técnicas para erradicação do cancro cítrico, em seu território.

### **Modelo de gestão**

As ações de prevenção e controle são realizadas por técnicos dos órgãos de defesa agropecuária das unidades da Federação e supervisionadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No caso específico de São Paulo e da região do Triângulo Mineiro, as inspeções fitossanitárias foram delegadas ao Fundo de Defesa da Citricultura, órgão mantido pelo setor privado, permanecendo a erradicação como competência dos órgãos oficiais daqueles estados.

### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

A Campanha foi criada em 1974, em decorrência do avanço do cancro cítrico no Brasil, e intensificada em 1997 com a publicação da Portaria nº 291, que tem como objetivo a erradicação da praga por meio da eliminação de plantas contaminadas e passíveis de contaminação. Os resultados satisfatórios foram produzidos em virtude da manutenção do programa de erradicação.

### **Resultados**

No período de 2003 a 2010, as ações de supressão da praga permitiram que ela fosse mantida em baixos níveis. De acordo com dados da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) e do Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) do ano de 2009, a incidência da praga em talhões de citros em São Paulo foi de 0,14%. Isso significa dizer que 99,86% dos talhões estavam sadios, sem a presença da praga. Tendo em vista a quantidade total aproximada de 100 mil talhões em todo o estado, significa dizer que em apenas 140 talhões a praga estava presente. Esses números permitem afirmar que o cancro cítrico está controlado no estado de São Paulo, e que a praga se encontra em baixíssima prevalência.

Como São Paulo é o maior produtor e fornecedor de mudas cítricas do País, a supressão do cancro cítrico em seu território é uma das condições primordiais para a produção de material propagativo de citros com garantia fitossanitária, preservando os produtores paulistas de frutos quando adquirem material para plantio e os produtores de mudas/viveiristas, que mantêm o ganho econômico de sua produção, com menores custos e sem restrições ao seu produto. A medida preserva também produtores de frutos de todo o Brasil, em especial os estados da Bahia e de Sergipe, que são, depois de São Paulo, os maiores produtores de citros do País; e que não apresentam a ocorrência da praga em seus territórios.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## **Programa Nacional de Erradicação da *Cydia Pomonella* (Lagarta-das-maçãs)**

### **Objetivo**

Erradicar a lagarta-das-maçãs das zonas urbanas de Caxias do Sul, Vacaria e Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, e em Lages (SC).

### **Data de início**

23/12/2007

### **Instrumento legal**

- Instrução Normativa nº 48, de 23 de outubro de 2007

### **Participação e controle social**

As comunidades que participam da erradicação da praga são envolvidas por meio de um plano de comunicação social específico, que estabelece a divulgação do problema por meio de palestras, programas de rádio etc.

### **Modelo de gestão**

O Programa é coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a colaboração dos órgãos de defesa agropecuária dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além das associações de produtores. Para melhor

desempenho do programa, foi instituída uma comissão nacional, composta por representantes de órgãos públicos e de associações de produtores dos estados envolvidos. Nas áreas de produção comercial, a prevenção é feita pelo próprio produtor, sob supervisão dos órgãos estaduais de defesa agropecuária.

#### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Programa foi criado em 2007 com objetivo de erradicar a lagarta-das-maçãs. Com os investimentos efetuados e a estratégia adotada, os índices de captura baixaram vertiginosamente, com previsão de erradicação da praga até 2012.

#### Resultados

O País conseguiu a supressão da praga nas zonas urbanas que estão sob controle. Os resultados alcançados foram:

- Caxias do Sul (RS) – as capturas baixaram de 200 insetos em 400 armadilhas, na safra 2003-2004, para zero, apesar do aumento do número de armadilhas para dois mil, na safra 2009-2010.
- Bom Jesus (RS) – as ações permitiram erradicar a praga na safra 2005-2006.
- Vacaria (RS) – foram capturados somente 49 insetos em 1,4 mil armadilhas instaladas na safra 2009-2010, em contraste com os 316 exemplares capturados em 2003-2004.
- Lages (SC) – um único exemplar foi capturado na safra atual, contra mais de 9 mil no início do Programa.

As ações do Programa Nacional de Erradicação da *Cydia Pomonella* são focadas na remoção de insetos machos adultos, capturados pelas armadilhas instaladas, além da substituição de plantas hospedeiras, evitando-se a multiplicação das populações da praga existentes nas cidades sob influência do Programa.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Manutenção do Programa Nacional de Erradicação da Mosca-da-Carambola

#### Objetivo

Contenção, com vistas à erradicação, da mosca-da-carambola no Amapá, evitando sua dispersão para outros estados.

#### Data de início

19/5/1997

#### Instrumento legal

- Decreto nº 2.226, de 1997

#### Participação e controle social

As comunidades afetadas pela erradicação da praga são envolvidas por meio de um plano de educação fitossanitária específico, que envolve divulgação em portos, aeroportos e na área de fronteira, realização de cursos, palestras e apresentações teatrais.

#### Modelo de gestão

As ações de prevenção e controle no Amapá são realizadas diretamente por técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e, nos demais estados, pelos órgãos de defesa agropecuária estaduais, com a coordenação do Governo Federal.

#### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Programa foi criado em 1997 em decorrência da detecção da mosca-da-carambola no Oiapoque (AP). Em virtude da dispersão da praga para o sul do Amapá, foram promovidas readequações, conforme as necessidades em função do tempo e de adaptação às técnicas mais modernas. Houve alteração de procedimentos técnicos, sem necessidade de alteração legal.

Atualmente as linhas de atuação do Programa Nacional de Erradicação da Mosca-da-Carambola (PNEMC) estão voltadas para levantamento de detecção da *B. Carambolae* nas 26 unidades da Federação; monitoramento e delimitação no estado do Amapá; realização dos planos de contenção na região do extremo norte do Amapá; erradicação no sul do Amapá e pós-erradicação no Vale do Jarí. Para a condução dos levantamentos de prospecção, foram estabelecidas áreas de alto,

médio e baixo risco de introdução da praga, tomando como parâmetro as rotas de risco aéreas, fluviais e terrestres que interligam cidades brasileiras com os locais de ocorrência da praga no estado do Amapá e nos países fronteiriços como Guiana Francesa e o Suriname.

### Resultados

A contenção da praga no estado do Amapá e a erradicação de um foco no Pará, em 2008, indicam que o serviços gerados pelo Programa Nacional de Erradicação da Mosca-da-Carambola vêm cumprindo seu objetivo: a erradicação da praga e a manutenção do *status* de Livre de *Bactrocera carambolae* das demais 26 unidades federativas, o que resulta na garantia das exportações no agronegócio da fruticultura e na qualidade de produtos no mercado interno.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Reformulação do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal e Vegetal, composto dos Planos Nacionais de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal (PNCRC/Animal) e Vegetal (PNCRC/Vegetal)

### Objetivo

- Monitorar a qualidade e a inocuidade dos alimentos de origem vegetal e animal, colocados à disposição da população brasileira e aqueles a serem exportados.
- Contribuir para a adoção das boas práticas agrícolas, fabris, de armazenamento e de transporte nas cadeias produtivas.

### Data de início

PNCRC/Animal: 1979

PNCRC/Vegetal: 2006

### Instrumento legal

- Instrução Normativa 42, de 1999: altera o Plano Nacional de Controle de Resíduos em Produtos de Origem Animal (PNCRC/Animal) e os Programas de Controle de Resíduos em Carne (PCRC), Mel (PCRM), Leite (PCRL) e Pescado (PCRP).
- Instrução Normativa nº 42/2008, que institui o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal (PNCRC/Vegetal).

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Devido à necessidade de monitoramento da segurança e da inocuidade dos alimentos de origem animal e vegetal consumidos no mercado interno e aqueles destinados à exportação.

Em 2009, foi incluído o monitoramento da presença de micotoxinas e contaminantes biológicos para os produtos vegetais, em função da preocupação quanto à presença de aflatoxinas, no amendoim e na castanha do Brasil, e salmonela, na pimenta-do-reino.

### Resultados

São monitoradas anualmente cerca de 20 mil amostras de alimentos no Programa, englobando setores de carne bovina, suína, eqüina, de aves, leite, mel, ovos e pescado, além de frutas, hortaliças, grãos, oleaginosas e condimentos. Em decorrência, verifica-se o aumento da segurança dos alimentos consumidos no mercado interno e a consolidação das exportações de produtos agropecuários brasileiros. Como exemplo, destaca-se a auditoria da União Europeia, realizada em 2009, sobre controle da produção de frutas brasileiras, considerada satisfatória, tendo como consequência a continuidade das exportações para aquele bloco econômico.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Registro de Agrotóxicos por Equivalência (“Genéricos”)

### Objetivo

Conceder registro de agrotóxicos utilizando o conceito de equivalência, modalidade de registro preconizada pela Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) que compara dois agrotóxicos em relação à sua composição qualitativa e quantitativa.

### Data de início

6/12/2006

### Instrumento legal

- Decreto nº 5.981, de 2006

### Modelo de gestão

Em nível estratégico, o Programa é articulado pela Casa Civil da Presidência da República, tendo em vista o envolvimento de três ministérios no registro de agrotóxicos (Mapa, MMA e MS).

Em nível operacional, a articulação se dá no âmbito do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos, composto por representante dos três ministérios.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Devido à necessidade de conferir celeridade às análises dos pedidos de registro para os ingredientes ativos que já foram amplamente estudados e avaliados. No procedimento de registro de agrotóxicos por equivalência, os custos envolvidos na aprovação do produto são sensivelmente reduzidos, sendo esperada uma redução do custo do insumo para o agricultor, tendo em vista maior concorrência no mercado de agrotóxicos.

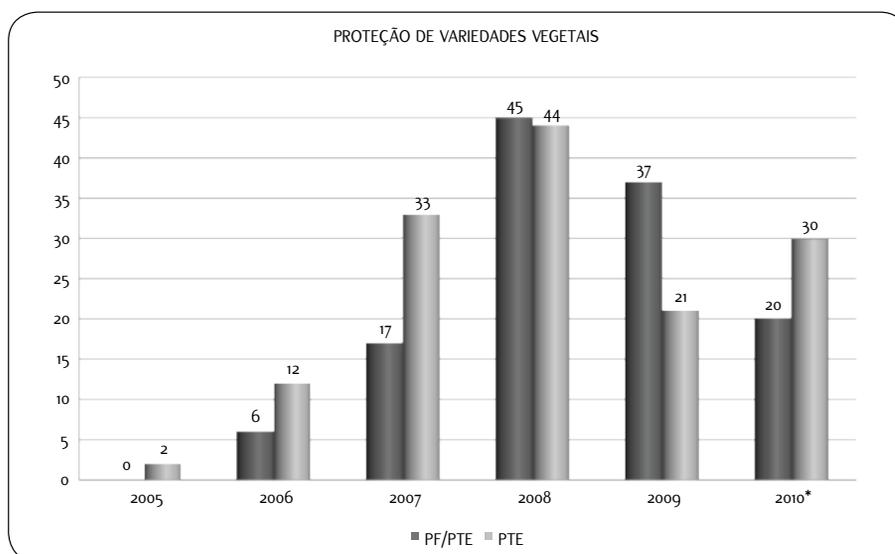
### Resultados

Maior número de produtos registrados no mercado, conforme se verifica na tabela a seguir.

REGISTRO POR EQUIVALÊNCIA DE 2005 A 2010 (ATÉ OUTUBRO)

Ano	PF/PTE	PTE
2005	0	2
2006	6	12
2007	17	33
2008	45	44
2009	37	21
2010	30	20

Legenda: PTE – produto técnico equivalente (uso industrial exclusivo).  
PF/PTE – produto formulado à base de PTE (uso agrícola).



Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Manutenção do Programa de Classificação de Produtos de Origem Vegetal (Normalização de Padrões de Qualidade)

### Objetivo

Adequar a classificação dos produtos vegetais à atual realidade dos mercados nacional e internacional, considerando as solicitações advindas dos segmentos integrantes da cadeia produtiva e a necessidade de ajustes à Política de Garantia de Preços Mínimos do Produto.

### Data de início

25/5/2000

### Instrumento legal

- Lei nº 9.972, de 2000: institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Os produtos vegetais destinados diretamente à alimentação humana, nas operações de compra e venda do poder público ou na importação, devem ser classificados segundo os padrões oficiais. Essa é uma obrigação legal prevista na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000.

Os padrões oficiais definem parâmetros de qualidade e classificam os produtos vegetais em grupos, tipos e subtipos, permitindo ao consumidor ter informações sobre a qualidade do produto que está sendo adquirido.

Alguns padrões estavam defasados, pois eram antigos, sendo necessário o processo de revisão para elevar a qualidade dos produtos vegetais oferecidos no comércio ao consumidor brasileiro:

- Café beneficiado grão cru – Instrução Normativa Mapa nº 8, de 13 de junho de 2003 (novo padrão).
- Pó cerífero de carnaúba – Instrução Normativa Mapa nº 34, de 1º de dezembro de 2004 (revisão).
- Cêra de carnaúba – Instrução Normativa Mapa nº 35, de 1º de dezembro de 2004 (revisão).
- Farinha de trigo – Instrução Normativa Mapa nº 8, de 3 de junho de 2005 (novo padrão).
- Produtos amiláceos derivados da mandioca – Instrução Normativa Mapa nº 23, de 15 de dezembro de 2005 (revisão).
- Pera – Instrução Normativa Mapa nº 3, de 9 de fevereiro de 2006 (novo padrão).
- Maçã – Instrução Normativa Mapa nº 5, de 15 de fevereiro de 2006 (revisão).
- Pimenta do reino – Instrução Normativa Mapa nº 10, de 16 de maio de 2006 (revisão).

- Óleo de algodão refinado – Instrução Normativa Mapa nº 49, de 26 de dezembro de 2006 (revisão).
- Óleo de canola refinado – Instrução Normativa Mapa nº 49, de 26 de dezembro de 2006 (novo padrão).
- Óleo de girassol refinado – Instrução Normativa Mapa nº 49, de 26 de dezembro de 2006 (novo padrão).
- Óleo de milho refinado – Instrução Normativa Mapa nº 49, de 26 de dezembro de 2006 (novo padrão).
- Óleo de soja refinado, – Instrução Normativa Mapa nº 49, de 26 de dezembro de 2006 (revisão).
- Tabaco em folha curado, – Instrução Normativa Mapa nº 10, de 16 de abril de 2007 (revisão).
- Soja – instruções normativas Mapa nº 11, de 16 de maio de 2007, e nº 37, de 30 de julho de 2007 (revisão).
- Amêndoa de cacau – instruções normativas Mapa nº 38, de 24 de junho de 2008 e nº 57, de 13 de novembro de 2008 (novo padrão).
- Feijão – instruções normativas Mapa nº 12, de 31 de março de 2008, e nº 56, de 25 de novembro de 2009 (revisão).
- Amêndoa da castanha de caju – Instrução Normativa Mapa nº 62, de 16 de dezembro de 2009 (revisão).
- Mamão – Instrução Normativa Mapa nº 4, de 12 de janeiro de 2010 (novo padrão).
- Arroz – instruções normativas Mapa nº 6, de 28 de maio de 2009, e nº 12, de 30 de março de 2010 (revisão).
- Café torrado em grão e café torrado e moído – Instrução Normativa Mapa nº 16, de 25 de maio de 2010 (novo padrão).

### Resultados

Foram elaborados nove e revisados 12 padrões oficiais de classificação de produtos vegetais durante o período de 2003 a 2010.

## Manutenção do Programa de Vigilância Agropecuária Internacional

### Objetivos

Impedir o ingresso no Brasil de produtos e insumos que possam comprometer a saúde humana, animal, vegetal, ou ainda, apresentados fora dos padrões de inocuidade, qualidade e identidade.

Garantir nas exportações o acesso dos produtos brasileiros aos mercados internacionais por meio da certificação oficial zoossanitária e fitossanitária.

### Data de início

23/6/1998

### Instrumento legal

- Portaria nº 183, de 1998.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Com o objetivo de melhorar o gerenciamento das atividades de fiscalização do trânsito internacional foi criado o Programa de Vigilância Agropecuária Internacional, cuja missão é impedir a introdução e a disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária nacional, de forma a garantir a sanidade dos produtos e a qualidade dos insumos agropecuários importados e exportados.

### Resultados

Os produtos básicos do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional são as fiscalizações e inspeções de mercadorias importadas, suas embalagens, bagagens de passageiros e correios para autorização de ingresso no País, quando são verificadas as condições sanitárias/fitossanitárias dos produtos. As mercadorias de origem animal e/ou vegetal destinadas à exportação são inspecionados para emissão de Certificação Sanitária, Fitossanitária e Zoossanitária, instrumento que viabiliza o ingresso dos produtos em seus respectivos destinos.

O crescente aumento na apreensão de produtos oriundos do exterior é resultado do aprimoramento do controle da fiscalização de bagagens nos aeroportos, devido à melhoria da infraestrutura (aquisição de aparelhos de inspeção não invasiva) e à realização de inspeção conjunta com a Receita Federal do Brasil (RFB) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

## FISCALIZAÇÃO REALIZADA EM PRODUTOS IMPORTADOS E EXPORTADOS

2009	1.374.812
2008	1.212.861
2007	2.001.299
2006	1.435.776
2005	1.126.837
2004	947.332

### Manutenção do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa

#### Objetivos

Erradicar a febre aftosa do País e manter essa condição sanitária por meio de um sistema de vigilância apoiado na manutenção das estruturas do serviço veterinário oficial e na participação da comunidade.

#### Data de início

29/3/1993

#### Instrumento legal

- Instrução Normativa nº 44, de 2 de outubro de 2007.

#### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A luta contra a febre aftosa se justifica pelos graves impactos econômicos decorrentes dos prejuízos na pecuária e na restrição aos mercados. O combate organizado à febre aftosa teve início no Brasil a partir de 1963, com a criação da Campanha Contra a Febre Aftosa. Inicialmente, a estratégia era direcionada ao controle da doença.

A mudança para a estratégia de erradicação da febre aftosa foi adotada em 1992, a partir de estudos técnicos conjuntos entre o Ministério da Agricultura, secretarias estaduais de Agricultura e assessoramento do Centro Pan-americano de Febre Aftosa. Foi aplicado o conceito de zonificação, tendo por base os circuitos pecuários, com incorporação gradativa de zonas livres, apoiado na intensificação das atividades de vigilância e prevenção, vacinação massiva obrigatória de bovinos e bubalinos, controle de movimentação animal, fortalecimento das estruturas do serviço veterinário oficial, e responsabilidades compartilhadas com a sociedade em todas as fases do Programa.

Atualmente a execução está fundamentada em critérios científicos e nas diretrizes internacionais de luta contra a febre aftosa, especialmente as estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). É compartilhada pelo Governo Federal, governos estaduais e iniciativa privada.

As últimas ocorrências da doença no País, entre 2004 e 2006, exigiram do Governo Federal:

- Reformulação da base legal do Programa.
- Padronização de vários procedimentos executados pelos serviços veterinários oficiais.
- Incremento nas informações disponibilizadas pelos serviços veterinários oficiais ao Governo Federal.
- Maior integração com os países vizinhos para resolver questões sanitárias da região do cone sul.
- Implementação de estudos soroepidemiológicos regulares.
- Reforço na vigilância das fronteiras com o Paraguai e a Bolívia.
- Ampliação na fiscalização da vacinação oficial em áreas estratégicas, da fronteira e região amazônica.

#### Resultados

Ampliação das áreas livres de febre aftosa no País, alcançando 58% do território nacional. O estado de Santa Catarina foi reconhecido como zona livre de febre aftosa sem vacinação e 16 estados e o Distrito Federal foram reconhecidos, total ou parcialmente, como livres de febre aftosa com vacinação.

O Programa contribuiu para o incremento de 112% e 17% nas exportações pecuárias de carnes bovina e suína *in natura*, respectivamente; para o fortalecimento dos serviços veterinários estaduais, com incremento de 20% no número de unidades veterinárias locais instaladas; e para o fortalecimento das ações de prevenção nas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai.

Dentre as ações desenvolvidas que levaram a esses resultados, cita-se:

- A manutenção e o fortalecimento das estruturas dos serviços veterinários oficiais.
- O enfrentamento com eficácia dos episódios de febre aftosa entre 2004 e 2006, tanto na zona livre de febre aftosa como na zona não livre, permitindo a retomada da condição sanitária original e o não reaparecimento da doença há mais de quatro anos.
- A atualização da legislação, revendo conceitos, estratégias e procedimentos, consolidando o atual processo de erradicação e de prevenção da doença, e atendendo às novas exigências internacionais.
- A implantação de novos mecanismos de vigilância.
- O incremento nos postos de fiscalização e na vigilância das fronteiras com o Paraguai e a Bolívia.
- A execução de estudos soropidemiológicos regulares para comprovarem a ausência de circulação viral e de eficiência da vacinação na zona livre.
- A vacinação realizada diretamente pelo serviço oficial em áreas estratégicas, como a fronteira com Paraguai e Bolívia, calha do Rio Amazonas e no Estado do Amapá.
- A manutenção de treinamento de recursos humanos e programas de educação sanitária.
- A manutenção de auditorias.
- O fortalecimento das relações com os países vizinhos, nas questões sanitárias
- O atendimento às demandas de serviços veterinários oficiais internacionais, para manutenção e abertura de mercados.

#### FEBRE AFTOSA - EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

UF	Situação em 2002	Situação em 2010 (*)	Último registro da doença	Nota
AC	SITUAÇÃO 3	SITUAÇÃO 2	1999	Todo o território
AL	SITUAÇÃO 3	Sem alteração	1999	Todo o território
AM	SITUAÇÃO 3	Sem alteração	2004	Município De Boca do Acre e Guajará. Situação 3.
AP	SITUAÇÃO 3	Sem alteração	1999	Todo o território
BA	SITUAÇÃO 2	Sem alteração	1997	Todo o território
CE	SITUAÇÃO 3	Sem alteração	1997	Todo o território
DF	SITUAÇÃO 2	Sem alteração	1993	Todo o território
ES	SITUAÇÃO 2	Sem alteração	1996	Todo o território
GO	SITUAÇÃO 2	Sem alteração	1995	Todo o território
MA	SITUAÇÃO 3	Sem alteração	2001	Todo o território
MG	SITUAÇÃO 2	Sem alteração	1996	Todo o território
MS	SITUAÇÃO 2	Sem alteração	2006	Todo o território
MT	SITUAÇÃO 2	Sem alteração	1996	Todo o território
PA	SITUAÇÃO 3	Sem alteração	2004	Região norte
PA	SITUAÇÃO 3	SITUAÇÃO 2	-	Região centro-sul
PB	SITUAÇÃO 3	Sem alteração	2000	Todo o território
PE	SITUAÇÃO 3	Sem alteração	1998	Todo o território
PI	SITUAÇÃO 3	Sem alteração	1997	Todo o território
PR	SITUAÇÃO 2	Sem alteração	2006	Todo o território
RJ	SITUAÇÃO 2	Sem alteração	1997	Todo o território
RN	SITUAÇÃO 3	Sem alteração	2000	Todo o território
RO	SITUAÇÃO 2	Sem alteração	1999	Todo o território

UF	Situação em 2002	Situação em 2010 (*)	Último registro da doença	Nota
RR	SITUAÇÃO 3	Sem alteração	2001	Todo o território
RS	SITUAÇÃO 2	Sem alteração	2001	Todo o território
SC	SITUAÇÃO 2	SITUAÇÃO 1	1993	Todo o território
SE	SITUAÇÃO 2	Sem alteração	1995	Todo o território
SP	SITUAÇÃO 2	Sem alteração	1996	Todo o território
TO	SITUAÇÃO 2	Sem alteração	1997	Todo o território

SITUAÇÃO 1 – UF reconhecida livre de febre aftosa SEM vacinação.

SITUAÇÃO 2 – UF reconhecida livre de febre aftosa COM vacinação.

SITUAÇÃO 3 – UF não reconhecida livre de febre aftosa.

(\*) De acordo com a Resolução OIE nº 15

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Manutenção do Programa de Prevenção da Influenza Aviária

O Programa está fundamentado em critérios técnicos, científicos e nas diretrizes internacionais estabelecidas para a prevenção de influenza aviária.

### Objetivo

Desenvolver ações para prevenção, controle e vigilância da influenza aviária, da doença de *Newcastle*, das micoplasmoses e salmoneloses aviárias.

### Data de início

13/5/2002

### Instrumento legal

- Portaria Ministerial nº 193, de 19 de setembro de 1994

### Modelo de gestão

Sua execução é compartilhada pelo Governo Federal, governos estaduais e iniciativa privada.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Programa foi criado em razão do potencial de risco dos efeitos das doenças aviárias para a produção de aves e o impacto na comercialização internacional, na eventualidade da ocorrência de enfermidades exóticas e/ou emergenciais no País, como é o caso da influenza aviária e da doença de *Newcastle*.

Desde então, foram publicados, divulgados e implementados normativas e manuais técnicos, objetivando a prevenção e o controle das principais enfermidades avícolas.

### Resultados

Para manter o Brasil livre das principais doenças avícolas e preparar os serviços veterinários para adoção de medidas de erradicação, na eventualidade da entrada de enfermidades emergenciais no País, o Governo Federal editou, divulgou e implementou normativas e manuais técnicos:

- Instrução Normativa SDA nº 44, de 23 de agosto de 2001: aprova as Normas Técnicas para o Controle e a Certificação de Núcleos ou Estabelecimento Avícola Livres das Micoplasmoses Aviárias.
- Instrução Normativa SDA nº 32 de 13 de maio de 2002: aprova as Normas Técnicas de Vigilância para a Doença de *Newcastle* e Influenza Aviária, e de Controle e Erradicação para a Doença de *Newcastle*.

- Instrução Normativa SDA nº 78, de 3 de novembro de 2003: aprova as Normas Técnicas para Controle e Certificação de Núcleos e Estabelecimentos Avícolas, como Livres de *Salmonella gallinarum* de *Salmonella pullorum* e Livres ou Controlados para *Salmonella enteritidis* e *Salmonella typhimurium*.
- Instrução Normativa Conjunta SDA Sarc nº 2 de 21 de fevereiro de 2003: aprova o Regulamento Técnico para Registro, Fiscalização e Controle Sanitário dos Estabelecimentos de Incubação, de Criação e Alojamento de Ratinos.
- Instrução Normativa Ministerial nº 11, de 1º de setembro de 2003: declara os plantéis avícolas industriais dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e do Distrito Federal livres da doença de *Newcastle*.
- Instrução Normativa SDA nº 17, de 7 de abril de 2006: aprova, no âmbito do Programa Nacional de Sanidade Avícola, o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de *Newcastle* em todo o território nacional.
- Instrução Normativa Ministerial nº 56, de 4 de dezembro de 2007: estabelece os procedimentos para registro, fiscalização e controle de estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais.

Contribuí, assim, para a manutenção dos mercados internacionais para os produtos avícolas e o aumento de 89,07% na exportação de carne de frango em seis anos.

## Manutenção do Programa de Controle e Erradicação da Peste Suína Clássica

### Objetivo

Erradicar a doença no Brasil e obter o reconhecimento internacional de país livre de peste suína clássica.

### Data de início

25/11/1980

### Instrumento legal

- Decreto nº 85.403: institui o Programa de Combate à Peste Suína (PCPS)

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Programa foi instituído para assegurar a produção interna e oferecer garantias de que toda carne suína exportada é procedente de zonas livres da peste suína clássica.

A estratégia do PCPS foi a delimitação de zonas selecionadas prioritariamente, segundo a importância econômica no circuito da produção suinícola e as condições epidemiológicas favoráveis para a obtenção de zonas livres, adotando-se critérios diferenciados de atuação da defesa sanitária para cada zona, com propósito final de erradicação da doença do território nacional.

### Resultados

- Investimentos na manutenção e ampliação de áreas livres de peste suína clássica, realizados por meio de exames de soropidemiológico, no ano de 2003, nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe e no Distrito Federal, demonstrando ausência de circulação viral.
- Realização de exames de soropidemiológico no ano de 2007 no estado de Rondônia.
- Realização de ações de vigilância sanitária animal, que compreendem fiscalização de propriedades de criação de suínos, cadastramento, atendimento a notificações de suspeita de ocorrência de doenças de notificação obrigatória, controle de trânsito de suínos, controle de importações de suínos, seus produtos e subprodutos, e a manutenção, contribuíram para o incremento dos índices produtivos e da exportação de carne suína. A produção aumentou de 2,6 milhões de toneladas, em 2003, para 3,1 milhões toneladas, em 2009. A exportação de carne suína aumentou de 491 mil toneladas, em 2003, para 607 mil toneladas em 2009. Enquanto isso, o consumo *per capita* subiu de 12,55kg, no ano de 2003, para 13,80kg, em 2009.

## Manutenção do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros (PNCRH) e Ações de Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina

### Objetivo

Controlar a raiva dos herbívoros e manter o País livre da encefalopatia espongiforme bovina.

### Data de início

1997

### Instrumento legal

- Portaria nº 516, de 1997

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A encefalopatia espongiforme bovina (EEB) foi identificada em 1986 no Reino Unido e, posteriormente, em vários países europeus, asiáticos e norte-americanos, com grande impacto no mercado internacional da carne bovina, em razão de ser também um problema de saúde pública. A doença nunca foi constatada no território nacional e o Programa visa manter o País sem ocorrências, mediante ações preventivas e de mitigação de risco, além de preparação para ações emergenciais internas que impeçam a disseminação do agente, na eventualidade da sua constatação.

A meta a ser alcançada pelo Brasil, mediante a continuidade e o aprimoramento das medidas sanitárias vigentes, é ter os produtos bovinos brasileiros classificados na categoria “risco insignificante” da Organização Mundial de Saúde Animal quanto ao risco de EEB, o que ainda não foi atingido.

### Resultados

Em 2007, o Brasil obteve o reconhecimento da Organização Mundial de Saúde Animal como sendo de risco controlado para EEB, como resultado das ações de prevenção e vigilância interna. O País se mantém livre da doença.

Dentre as ações de prevenção estão

- Proibição de se alimentar ruminantes com determinados produtos e resíduos de origem animal, dentre eles a cama de aviário. Para garantir essa proibição, o Mapa fiscaliza as fábricas de ração em todo País, realizando testes laboratoriais e aplicando sanções aos infratores. No campo os fiscais federais agropecuários, com o auxílio dos fiscais estaduais, são investigadas propriedades rurais e testados os alimentos fornecidos aos ruminantes. Como medida preventiva, os animais que, comprovadamente ingeriram proteínas de origem animal proibidas, são encaminhados ao abate ou destruídos nas propriedades.
- Remoção e destruição dos materiais de riscos específicos para a EEB (cérebro, olhos, medula, tonsilas, terço final do intestino) de todos os bovinos encaminhados para o abate. Esses materiais não podem ser processados e integrarem as farinhas de carne e ossos destinados à alimentação dos animais.
- Esterilização das farinhas de carne e ossos destinadas à alimentação animal
- Monitoramento e proibição do abate de bovinos importados de países de risco para EEB. Tais bovinos só podem ser movimentados para outras propriedades com o aval do serviço veterinário oficial e seu abate é proibido. Ao final de sua vida reprodutiva, o proprietário deve comunicar o serviço veterinário que irá abater e destruir o animal na propriedade e o proprietário do animal é indenizado.
- Vigilância de casos suspeitos – todos os bovinos com sinais clínicos de síndromes neurológicas são notificados ao serviço veterinário oficial. Os animais encontrados mortos sem causa definida e os encaminhados ao abate de emergência em frigoríficos devem ser testados para diagnóstico de EEB, em laboratórios oficiais do Governo Federal, ou por ele credenciado. De 2002 a 2008, foram testadas 21.440 amostras.

### Manutenção do Programa de Inspeção de Produtores de Origem Animal

Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção *ante-mortem* e *post-mortem* dos animais para consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral.

## Objetivo

Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e a qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.

## Data de início

18/12/1950

## Instrumentos legais

- Lei nº 1.283, de 1950
- Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, alterado pelos Decretos nºs 1.255, de 25 de junho de 1962; 1.236, de 2 de setembro de 1994; 1.812, de 8 de fevereiro de 1996; e 2.244, de 4 de junho de 1997: institui as normas que regulam, em todo o território nacional, a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

## Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Sistema Brasileiro de Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Animal foi criado visando garantir a segurança dos consumidores, seja na questão sanitária, seja na questão das relações de consumo.

O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa), nos últimos anos, paralelamente às atividades de rotina, vem revisando os procedimentos de inspeção com objetivo de melhorar a eficácia e a transparência do Sistema, buscando baseá-lo no controle de processo de produção. Na reformulação do modelo de inspeção, consideraram-se dois aspectos fundamentais: o produtor, ou seja, a indústria inspecionada, como único responsável pela qualidade dos produtos oferecidos ao mercado; e o poder público, a quem cabe apenas avaliar se requisitos da legislação estão sendo integralmente cumpridos.

Por meio desse sistema, os processos de produção são acompanhados sistematicamente, focalizando os fatores de risco, ou seja, fatores que interferem na qualidade do produto final. Este sistema apresenta melhor relação custo-benefício quando comparado ao Sistema de Inspeção tradicional, baseado na conformidade ou não conformidade do produto final com os aspectos da legislação, que necessita de um maior suporte laboratorial para sua operacionalização.

Adicionalmente, são desenvolvidos indicadores de desempenho dos estabelecimentos inspecionados e das equipes de inspeção, visando programar as ações de inspeção com base nesses indicadores, tornando o sistema mais proativo. Nesse contexto, insere-se a exigência de que as indústrias criem programas de autocontrole que contemplem os elementos do processo produtivo relacionados à elaboração de alimentos seguros.

O Programa garante também a manutenção e abertura de novos mercados para os produtos de origem animal brasileiros, gerando divisas e renda aos produtores e indústrias nacionais.

Em relação aos mecanismos de combate às práticas comerciais enganosas, obteve-se uma grande evolução com a definição de parâmetros a serem controlados nos produtos, a exemplo do combate à fraude de absorção de água em carcaças de frangos.

## Resultados

Inspeção de 100% das indústrias processadoras de produtos de origem animal registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com inscrição do Sistema Federal de Inspeção. As frequências de inspeção variam com a natureza da indústria, assim como o risco que os produtos podem apresentar à população, entretanto todas as empresas são visitadas por um supervisor ao menos uma vez por ano, além das fiscalizações de rotina.

O Serviço de Inspeção Federal contribui para o aumento das exportações brasileiras, garantindo o cumprimento de exigências sanitárias internacionais, emitindo certificados e criando sistemas que garantem a autenticidade desses. Além disso, o acompanhamento e a realização de missões internacionais garantem o cumprimento de acordos. A ação fiscalizadora nos estabelecimentos produtores, visando garantir a segurança e qualidade dos produtos de origem animal, culminou com a aplicação e o registro no Sistema Integrado de Arrecadação (Sicar) de aproximadamente 3,3 mil autos de infração, em 2009, e 2,7 mil, até meados de 2010.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi), parte do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (Suasa)

O Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi) traz a possibilidade para os estabelecimentos de produtos de origem animal, registrados em órgão de inspeção estadual e municipal, de comercializar seus produtos em todo o território nacional. Possibilita também a equivalência do serviço de inspeção do estado ou município com o Serviço de Inspeção Federal, permitindo aos estabelecimentos registrados nesses órgãos e reconhecidos pelo Mapa, por meio de auditorias, que realizem o comércio de seus produtos em todo o País.

### Objetivos

Padronizar e harmonizar os procedimentos de inspeção, a fim de garantir a inocuidade e a segurança alimentar, possibilitando às empresas registradas nos serviços de inspeção equivalentes dos estados ou municípios a comercialização de seus produtos para todo o Brasil.

### Data de início

30/3/2006

### Instrumento legal

- Decreto nº 5.741, de 2006

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Sistema Brasileiro de Inspeção foi criado com o objetivo de estender aos estabelecimentos estaduais e municipais de inspeção de produtos de origem animal a qualificação de equivalência ao Sistema de Inspeção Federal. Com isso, pretende-se dar maior garantia da identidade e segurança higiênico sanitária e tecnológica aos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.

### Resultados

Inclusão no Sisbi dos estados de Minas Gerais, Paraná e Bahia, além dos municípios de Rosário do Sul e Santa Cruz do Sul (RS). Estabelecimentos registrados nos serviços desses estados e municípios podem realizar comércio intermunicipal e interestadual, agregando valor aos seus produtos e renda a pequenos, médios e grandes produtores.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Programa de Análise da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários

### Objetivos

- Estruturação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários para atendimento à demanda de análises laboratoriais, em apoio à fiscalização agropecuária, realizadas pelos departamentos e coordenações da Secretaria de Defesa Agropecuária, atualmente divididos 15 áreas de atuação:
  - ✓ Agrotóxicos e afins.
  - ✓ Análises físico-químicas de alimentos de origem animal e água.
  - ✓ Análises físico-químicas de alimentos de origem vegetal para fins de classificação.
  - ✓ Análises físico-químicas de alimentos para animais.
  - ✓ Análises físico-químicas de bebidas e vinagres.
  - ✓ Biotecnologia e organismos geneticamente modificados.
  - ✓ Controle de produtos biológicos de uso veterinário, medicamentos veterinários e afins.
  - ✓ Diagnóstico animal.
  - ✓ Diagnóstico fitossanitário.
  - ✓ Fertilizantes, corretivos substratos e afins.

- ✓ Identificação genética e material de multiplicação animal.
  - ✓ Microbiologia em alimentos e água.
  - ✓ Qualidade do leite.
  - ✓ Resíduos e contaminantes em alimentos.
  - ✓ Sementes e mudas.
- Prover resultados de análises fiscais e periciais, utilizando métodos adequados e válidos, no menor prazo possível.

### Modelo de gestão

A Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) é vinculada à Secretaria de Defesa Agropecuária, e responsabiliza-se pela promoção e coordenação das análises realizadas pelos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários (Lanagros), composta pelos laboratórios oficiais, e a rede credenciada.

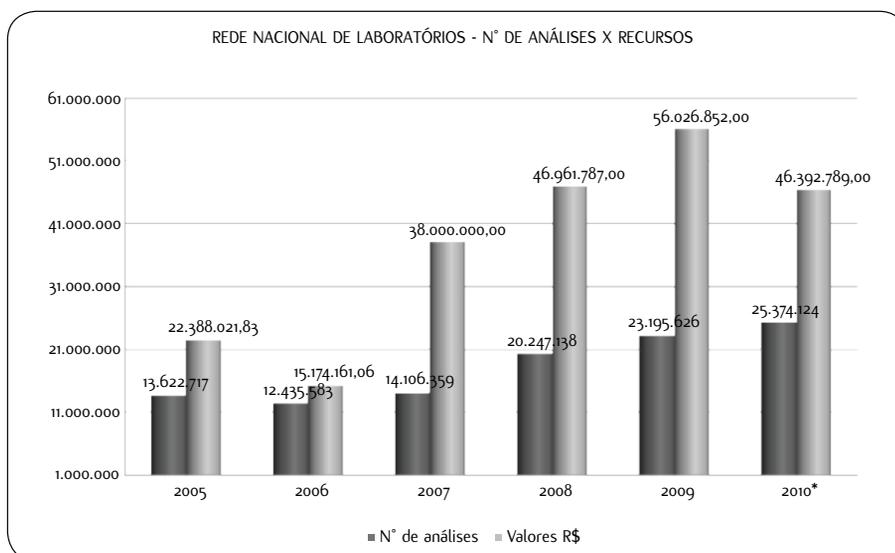
Seis laboratórios nacionais agropecuários têm como principais atividades a realização de análises fiscais, periciais, de diagnóstico e de monitoramento; o desenvolvimento e a atualização de metodologias, assim como a produção e a manutenção de materiais de referência. Os Lanagros atuam no controle regional dos laboratórios credenciados, de acordo com sua área de abrangência.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Até 2004, existiam duas unidades de coordenação da rede de laboratórios, uma para a área animal e outra para área vegetal. Em 2005, as coordenações e os laboratórios foram unificados, com objetivo de melhorar a gerência da rede nacional e otimizar os recursos disponíveis. A Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial elabora a proposta de programação operacional e orçamentária para as atividades desenvolvidas pelos Lanagros. Os recursos são provenientes do Orçamento Geral da União (OGU).

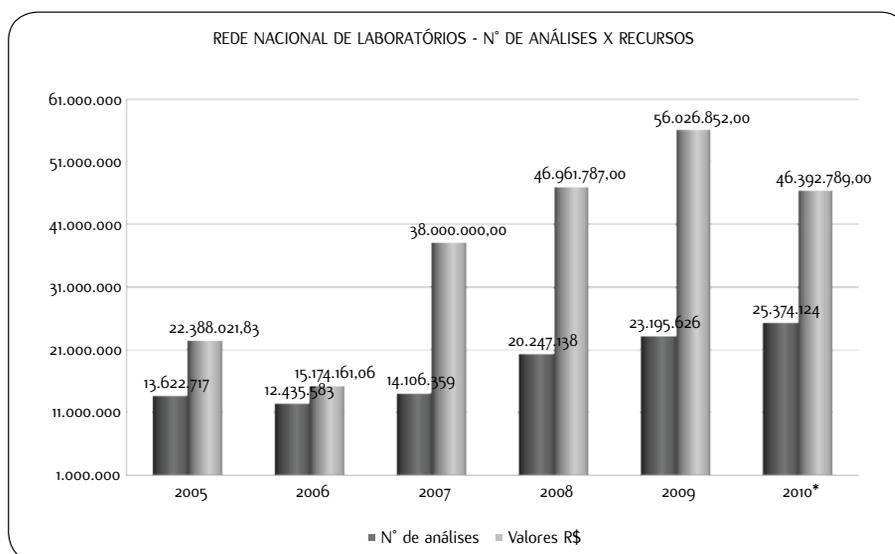
### Resultados

Aumento da capacidade operacional da rede, com conseqüente aumento do número de análises realizadas. Para aumentar a capacidade operacional da rede foram desenvolvidas ações para a aquisição de equipamentos modernos que propiciaram a implantação de metodologias com respostas analíticas mais rápidas e em maior volume. Foram desenvolvidos e validados métodos para atender a novas demandas (aumento de parâmetros analisados), assim como treinamento do corpo técnico e ampliação do número de funcionários terceirizados, considerando que até o presente não foi autorizada a realização de concurso público para suprimento de vagas de servidores de nível superior, técnico e auxiliar de laboratório.



Além do aumento da capacidade operacional, foram feitos investimentos na modernização dos laboratórios, propiciando maior precisão nos resultados.

Houve também ampliação do escopo analítico. Como exemplo, citam-se a realização de análises de resíduos de agrotóxicos em frutas e hortaliças, incorporada na rede laboratorial em 2006, ou as análises de metais pesados em fertilizantes, que passam a ser feitas a partir de 2005.



Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia

### Objetivo

Apoiar atividades que ampliem a competência científica, tecnológica e de gestão de modo a contribuir significativamente para ampliação e melhoria das ações de defesa agropecuária do País, especificamente nas áreas de saúde animal, sanidade vegetal, qualidade e inocuidade de produtos de origem animal e vegetal e de insumos agropecuários.

### Data de início

Outubro/2008

### Instrumento legal

- Edital Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Mapa/ Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) nº 64, de 2008.

### Modelo de gestão

O Programa é gerido pelo CNPq e pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, que estabeleceram um grupo de trabalho para acompanhar a execução dos projetos selecionados para apoio financeiro.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A Defesa Agropecuária deve embasar seus procedimentos e regulamentos em ciência. Os mercados, internos e externos, vêm aumentando as exigências quanto à qualidade, inocuidade e rastreabilidade dos produtos agropecuários. Existe também um constante crescimento da demanda pelos serviços públicos relacionados à defesa agropecuária, em função do crescimento da agropecuária brasileira. Nesse contexto, o sistema de defesa agropecuária tem sido impulsionado à modernização contínua, o que demanda pesquisa aplicada.

### Resultados

Desenvolvimento de 374 projetos vinculados com a demanda da defesa agropecuária, abrangendo as quatro linhas de ação do programa: estruturação de redes de pesquisa; projetos de pesquisa; capacitação de recursos humanos; e centros colaboradores.

Até o momento, houve aporte de R\$ 68,8 milhões para os projetos selecionados pelo edital, sendo que até 2011, quando se finaliza o projeto, serão repassados mais R\$ 36,7 milhões.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Manutenção do Programa de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Registro e fiscalização dos produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabriquem.

### Objetivo

Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores, em geral, níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais, e adequá-los aos constantes avanços tecnológicos.

### Data de início

13/2/1969

### Instrumento legal

- Decreto-Lei nº 467, de 1969: dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabriquem.

### Participação e controle social

Ouvidoria do Mapa, consultas públicas e audiências públicas.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A ação foi criada em função da necessidade de o Estado garantir a qualidade e a conformidade dos produtos de uso veterinário, salvaguardando os produtores e a atividade agropecuária.

Realizou-se a modernização e o aperfeiçoamento dos processos de trabalho do Mapa e de todo o sistema de fiscalização de produtos de uso veterinário. A segurança dos produtos passou a ser a principal preocupação da ação fiscal, centrada no processo produtivo e na maior responsabilidade das empresas fabricantes pela qualidade, segurança e regularidade de seus produtos.

### Resultados

Registro e fiscalização de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos fabricantes.

## Manutenção do Programa de Fiscalização de Produtos Destinados à Alimentação Animal

Na área da alimentação animal, realizaram-se atividades relacionadas ao desenvolvimento de novos regulamentos. Foram publicados, em especial, o Regulamento Técnico Sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Fabricantes e o Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007, que regulamenta a Lei nº 6.198, de 1976, substituindo um antigo regulamento de mais de 30 anos, trazendo modernização aos critérios de fiscalização de estabelecimentos e produtos. Além disso, foram implementados programas especiais para controle de proteína de origem animal em ração para ruminantes, dentre outros. O Programa de Fiscalização de Produtos Destinados à Alimentação Animal trata do monitoramento das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal. Também atua na fiscalização da conformidade e da inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal.

### Objetivo

Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal.

### Data de início

26/12/1974

### Instrumento legal

- Lei nº 6.198, de 1974: dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal.

A ação de fiscalização sobre a qualidade e a conformidade dos alimentos para animais é de caráter indelegável, de competência do Governo Federal. Assim, a atividade é executada de forma direta, pelo corpo fiscal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo por base o escopo da lei, decreto e instruções normativas que regulamentam essa atividade.

## Participação e controle social

Ouvidoria do Mapa, consultas públicas e audiências públicas.

## Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Programa de Fiscalização de Produtos Destinados à Alimentação Animal foi criado em função da necessidade de Estado garantir a qualidade e a conformidade de insumos destinados à alimentação animal, salvaguardando os produtores e a atividade agropecuária.

Realizou-se a modernização e o aperfeiçoamento dos processos de trabalho do Mapa e de todo o sistema de fiscalização de produtos destinados à alimentação animal. A segurança dos produtos passou a ser a principal preocupação da ação fiscal, centrada no processo produtivo e na maior responsabilidade das empresas fabricantes pela qualidade, segurança e regularidade de seus produtos.

## Resultados

Registro e fiscalização de produtos para alimentação animal e dos estabelecimentos fabricantes e importadores. As fiscalizações nessa área ultrapassaram 23,5 mil no período.

### FEBRE AFTOSA – SITUAÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO – NOVEMBRO DE 2009

Situação sanitária	Unidade da Federação (UF)	Data do último registro	Nota
Zona livre de febre aftosa SEM vacinação	Santa Catarina	Dezembro 1993	Todo o território
Zona livre de febre aftosa COM vacinação	Acre	Junho 1999	Todo o território
	Amazonas	Setembro 2004	municípios de Boca do Acre e Guajará
	Bahia	Mai 1997	Todo o território (*)
	Distrito Federal	Mai 1993	Todo o território
	Espírito Santo	Abril 1996	Todo o território
	Goiás	Agosto 1995	Todo o território
	Mato Grosso	Janeiro 1996	Todo o território
	Mato Grosso do Sul	Abril 2006	Todo o território
	Minas Gerais	Mai 1996	Todo o território
	Pará	Junho 2004	Região centro-sul
	Paraná	Fevereiro 2006	Todo o território
	Rio de Janeiro	Março 1997	Todo o território
	Rio Grande do Sul	Mai 2001	Todo o território
	Rondônia	Fevereiro 1999	Todo o território (*)
	São Paulo	Março 1996	Todo o território
	Sergipe	Setembro 1995	Todo o território
Tocantins	Mai 1997	Todo o território (*)	

Situação sanitária	Unidade da Federação (UF)	Data do último registro	Nota
UFs que ainda não reúnem as condições necessárias para serem incluídas em uma das situações anteriores	Alagoas	Setembro 1999	Todo o território
	Amapá	Outubro 1999	Todo o território
	Amazonas	Setembro de 2004	Exceto municípios de Boca do Acre e Guajará
	Ceará	Abril 1997	Todo o território
	Maranhão	Agosto 2001	Todo o território
	Pará	Junho 2004	Região norte
	Paraíba	Outubro 2000	Todo o território
	Pernambuco	Fevereiro 1998	Todo o território
	Piauí	Fevereiro 1997	Todo o território
	Rio Grande do Norte	Agosto 2000	Todo o território
	Roraima	Junho 2001	Todo o território

Fonte: IN nº 53, de 23 de novembro de 2007 – Diário Oficial da União (DOU) de 26 de novembro de 2007.

Obs.: Situação sanitária reconhecida pela OIE – Resolução XVIII, de 27 de maio de 2008

(\*) Exceto zona tampão.

#### ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS, SOB INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA.

	Categoria de estabelecimento	Quantidade
1.	Matadouro de bovinos	309
2.	Matadouro de aves	185
3.	Matadouro de suínos	127
4.	Matadouro de ovinos e caprinos	26
5.	Matadouro de equídeos	8
6.	Entreposto de carnes e fábrica de produtos derivados da carne	771
7.	Estabelecimento de leite e derivados	1.520
8.	Entreposto e fábrica de pescado	344
9.	Entreposto de mel e derivados	198
10.	Entreposto de ovos e fábrica de conservas de ovos	141
11.	Fabricante e importador de produtos para alimentação animal	4.500
12.	Fabricante e importador de produtos de uso veterinário	734
13.	Produtores de vinhos e bebidas em geral	8.702
14.	Produtores de fertilizantes, corretivos e inoculantes	980
15.	Produtores de agrotóxicos	413
16.	Produtores de sementes – inscritos e credenciados no Renasem	19.851
17.	Viveiros de mudas	1.750
<b>Total</b>		<b>40.559</b>

Fonte: Mapa/SDA.

**REDE DE LABORATÓRIOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA  
E ABASTECIMENTO E LABORATÓRIOS CREDENCIADOS**

	Vinculação / Área de credenciamento	Quantidade
1	Ministério da Agricultura – Laboratórios Nacionais Agropecuários	6
2	Análises Físico-Químicas de Alimentos de Origem Animal e Água	20
3	Análises Físico-Químicas de Alimentos de Origem Vegetal para fins de Classificação	15
4	Análises Físico-Químicas de Alimentos para animais	2
5	Análises Físico-Químicas de Bebidas e Vinagres	7
6	Análise da Qualidade do Leite	8
7	Resíduos e Contaminantes em Alimentos	17
8	Microbiologia em Alimentos e Água	22
9	Diagnóstico de Doenças dos Animais	452
10	Diagnóstico Fitossanitário	22
11	Organismos Geneticamente Modificados (OGM)	7
12	Análise de Agrotóxicos e Afins	6
13	Análise de Fertilizantes, Corretivos e Afins	3
14	Análise de Sementes e Mudanças	219
15	Identificação Genética de Animais	8
<b>Total</b>		<b>813</b>

Fonte: CGAL/SDA/Mapa - Novembro de 2009.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## E) NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS E PROMOÇÃO COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO

A promoção da agricultura brasileira no mercado internacional ganhou prioridade a partir de 2005, quando as negociações internacionais e a promoção do agronegócio no exterior foram estruturadas, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a partir da criação do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio.

O foco passou a ser o desenvolvimento de ações institucionais, técnicas e comerciais em mercados estratégicos, de forma a ampliar a participação brasileira em mercados já abertos às exportações de produtos agrícolas. As ações internas contemplaram a ampliação da base exportadora, a diversificação da pauta e a agregação de valor aos produtos agropecuários para o mercado externo.

Nas negociações internacionais, entre 2003 a 2010, podem ser destacados os painéis vitoriosos do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os Estados Unidos, nos subsídios ao algodão, e contra a União Europeia nos subsídios ao açúcar e nas modificações tarifárias de frango salgado. Nessas negociações, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento prestou apoio ao Ministério das Relações Exteriores, articulando com o setor privado a formulação das posições defendidas pelo Brasil. Além disso, é possível destacar a participação do Mapa na negociação dos acordos comerciais do Mercosul com a Comunidade Andina, Peru, Índia, União Aduaneira da África Austral (Sacu), Israel e Egito. O mesmo ocorreu em relação ao aprofundamento dos acordos de complementação econômica com o Chile, Bolívia, México e Peru.

Também foram iniciadas as negociações para a superação de restrições de natureza sanitária e fitossanitária à exportação de produtos brasileiros, como carnes e frutas. Nas negociações com a União Europeia, China, Rússia, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, África do Sul, Argentina, México, Indonésia, Filipinas, Vietnã, Argélia, Angola, Egito, Peru, Colômbia e Chile foram obtidos resultados importantes, com a ampliação de produtos agrícolas brasileiros para esses mercados.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento também deu ênfase às missões comerciais ao exterior, em busca do apoio ao setor exportador na prospecção de oportunidades de negócios e na participação em grandes feiras internacionais. Foram organizadas missões comerciais para visita a feiras e negociações com importadores em vários países, como China,

Japão, Estados Unidos, Canadá, Coreia do Sul, Hong Kong, Rússia, Alemanha, Holanda, Bélgica, África do Sul, Emirados Árabes, Cingapura, Indonésia, México, Vietnã, Angola, Taiwan, Panamá, Egito, Arábia Saudita, Venezuela, Colômbia, Marrocos, Nigéria, Gana, Senegal, Peru, Catar, Kuwait, Líbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Guiné Equatorial.

No âmbito interno, um dos principais instrumentos de ação para o fomento às exportações foi a institucionalização dos seminários do agronegócio para a exportação (AgroEx). Até 2010, foram realizados 36 seminários em diversas capitais e cidades de expressão regional, com o objetivo de levar informações ao agronegócio local sobre as características e exigências do mercado internacional e os instrumentos oficiais de apoio aos exportadores.

Outra ação de natureza interna bem sucedida foi a organização de roteiros e o acompanhamento de missões estrangeiras em visitas ao Brasil, dando ênfase à excelência dos produtos de exportação do agronegócio brasileiro.

## Promoção Internacional do Agronegócio

### Objetivos

Ampliar a participação brasileira em mercados já abertos às exportações de produtos agrícolas brasileiros e estimular a ampliação do número de exportadores, a diversificação da pauta de produtos e a exportação de produtos de maior valor agregado.

### Data de início

24005

### Modelo de Gestão

As promoções internacionais do agronegócio são realizadas em sintonia com o setor exportador, tendo como principais interlocutores as entidades de classe representativas dos diversos setores do agronegócio.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Governo decidiu ampliar as ações para a promoção do agronegócio brasileiro com o objetivo de diversificar a pauta de exportação, dada a tendência de concentração em *commodities* (soja, carnes, açúcar e café).

A exportação de produtos de maior valor específico (preço/kg) ou de maior valor agregado (manufaturados) requereu trabalho mais intenso de promoção comercial, incluindo a identificação das exigências de cada mercado e das preferências dos consumidores. Exigiu ainda esforços específicos em termos de melhoria de imagem externa e de divulgação de indicações geográficas e de marcas nacionais.

Em decorrência disso, a promoção internacional do agronegócio tem buscado mostrar ao exportador de menor porte as oportunidades do mercado externo, além de tentar identificar e estimular o potencial exportador de produtos de menor presença na pauta exportadora brasileira e de maior valor agregado.

### Resultados

- Realização de seminários do agronegócio para a exportação e de cursos específicos complementares.
- Disponibilização na internet de sistema de estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro denominado *AgroStat*.
- Duas publicações anuais sobre o comércio exterior da agricultura brasileira, uma focando nos principais países ou blocos econômicos e a outra nos principais produtos exportados.
- Divulgação mensal da Balança Comercial do Agronegócio.
- Publicações pontuais em línguas específicas, objetivando divulgar a excelência da agricultura brasileira.

## Negociações Internacionais

### Objetivos

- Aumentar a inserção do agronegócio brasileiro no comércio mundial, removendo barreiras comerciais ou tarifárias e superando restrições técnicas, principalmente as relacionadas a pragas e doenças.
- Proteger os produtos agrícolas nacionais da concorrência predatória de países que subsidiam sua agricultura.

### Data de início

2005

## Modelo de gestão

A gestão nas negociações internacionais, com permanente sistema de consulta ao setor privado, tem como principais interlocutoras as entidades de classe representativas dos diversos setores do agronegócio brasileiro, considerando que as diretrizes e estratégias das negociações internacionais devem manter sintonia com os interesses exportadores brasileiros.

## Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Nos últimos oito anos, as negociações internacionais ganharam importância crescente dentro das políticas governamentais. As exportações do agronegócio triplicaram e o País passou a ter grande visibilidade internacional como fornecedor agrícola e como idealizador de uma experiência bem sucedida no uso de biocombustíveis, gerando reações positivas nos investidores e negativas nos competidores.

Como consequência, surgiram medidas protecionistas ou em busca de mostrar as fragilidades na imagem do agronegócio brasileiro no exterior, o que obrigou o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a fortalecer sua estrutura encarregada das negociações internacionais, com a criação da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio e a designação de oito adidos agrícolas junto a missões diplomáticas brasileiras em países, blocos ou organismos internacionais estratégicos para trabalhar pelos interesses do País como exportador de produtos agropecuários.

## Resultados

Nos últimos quatro anos, foram realizadas 35 missões de promoção internacional e de promoção à imagem do agronegócio brasileiro pelo Mapa. Com relação aos mercados atingidos, foram realizadas ações em: sete países, em 2007; 14 países, em 2008; 11 países, no ano de 2009; e 18 países, em 2010.

Nesse período o Governo Federal organizou recepção de delegações estrangeiras com interesses no agronegócio brasileiro. Foram realizadas mais de 20 ações, atingindo representantes de cerca de 50 países. Essas recepções incluíram atividades como reuniões oficiais, visitas técnicas, acompanhamento em visitas de campo, contatos e parcerias com o setor privado, dentre outras. A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI)/Mapa promoveu ainda três ações do Programa de Imersão no Agronegócio, destinadas a diplomatas brasileiros e contratados locais dos postos brasileiros no exterior, com o objetivo de aprofundar o conhecimento desses agentes no que diz respeito às características do agronegócio brasileiro.

Dentre as atividades realizadas no Brasil, estão 33 seminários do AgroEx, em cidades diferentes, de todas as regiões do País, para disseminar a cultura exportadora junto aos diversos agentes do setor agrícola brasileiro. Foram realizados também 14 cursos de integração para exportação (Agrolnts), voltado à formação da cultura de integração contratual dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação.

Além das ações mencionadas, o Governo Federal produziu material sobre o agronegócio brasileiro para o público externo, editou cinco publicações sobre o comércio externo do agronegócio brasileiro; produziu diversos estudos sobre a inserção dos produtos agrícolas nos diferentes mercados para subsidiar ações de negociação internacional; e divulgou 48 notas sobre a balança comercial do agronegócio.

O valor das exportações do agronegócio brasileiro triplicou, passando de US\$ 24,8 bilhões, em 2002, para uma estimativa de US\$ 73 bilhões, em 2010.

### DESEMPENHO ANUAL DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

2002 = US\$ 24,8 bilhões
2003 = US\$ 30,6 bilhões
2004 = US\$ 39,0 bilhões
2005 = US\$ 43,6 bilhões
2006 = US\$ 49,5 bilhões
2007 = US\$ 58,4 bilhões
2008 = US\$ 71,8 bilhões
2009 = US\$ 64,8 bilhões
2010 = US\$ 73,0 bilhões (estimativa)

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## F) PESQUISA AGROPECUÁRIA

Nos últimos oito anos, o Brasil se consolidou como um ator destacado no cenário agrícola mundial. O que impulsionou essa evolução foi a adoção de tecnologias desenvolvidas pela pesquisa agrícola. O desenvolvimento nacional da tecnologia agropecuária teve papel decisivo na transformação da agricultura brasileira e no desempenho do agronegócio. A produção de grãos cresceu de 123,1 milhões de toneladas, em 2003, para 147,1 milhões, em 2010 – aumento de 19,4%. A produção de carnes saiu de 18 milhões de toneladas, em 2003, para 23,4 milhões, em 2009, o que representou salto de 29,6%. A produção de cana-de-açúcar acumulou aumento de 76,2% nos últimos oito anos. Saiu de 396 milhões de toneladas para 697,8 milhões de toneladas. Em grãos, a produtividade da terra brasileira aumentou de 2,2 toneladas por hectare para 3,1 toneladas por hectare, representando um efeito poupa-terra de cerca de 5,2 milhões de ha.

O aumento da produção permitiu abastecimento regular e a preços decrescentes para a população brasileira, tanto de alimentos, quanto de outras matérias-primas e produtos processados. As exportações do agronegócio contribuíram para o equilíbrio das contas externas do País, gerando um superávit acumulado de US\$ 306 bilhões, entre 2003 e 2009.

Esse crescimento da produção é resultado mais do crescimento da produtividade do que da área cultivada, que aumentou para a soja (3,5% a/a) e para o milho (0,38% a/a). No entanto, arroz, feijão e trigo tiveram suas áreas de plantio reduzidas. Todas as lavouras mostram aumento na produção a taxas superiores à da população (1,6%). O aumento da produção deve-se principalmente à evolução da produtividade. Nas culturas temporárias, aumentou em 2,59% ao ano, destacando-se o arroz (3,51%), o trigo (2,92%), o milho (3,04%) e a soja (1,90%).

A Embrapa teve participação preponderante em todo processo de aumento da produção e da produtividade da agricultura, por meio da geração e transferência de novas tecnologias. Entre 2003 e 2010, dois fatores contribuíram significativamente para que a Embrapa pudesse responder aos desafios impostos pelo processo de desenvolvimento da agricultura:

1. Incremento do orçamento da Empresa, que aumentou de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 1,8 bilhão.
2. Ampliação do quadro de pessoal, que possibilitou a expansão de 8.632 funcionários, em 2007, para 9.843 servidores, em 2010, sobretudo no quadro de pesquisadores, cuja evolução foi de 2.294 para 3.046.

O orçamento e o quadro de pesquisadores incrementados tiveram reflexos nos resultados alcançados. O número de projetos de pesquisa, no período, passou de 700 para 1.242, cobrindo todos os programas componentes do sistema de gestão. Instituiu-se o Programa Nacional de Pesquisa em Agronegócios, articulado com outras organizações oficiais e privadas, incluindo a construção do Centro Nacional de Pesquisa em Agronegócios em Brasília (DF). Também no período, foram implantados centros de pesquisa em regiões de expansão da fronteira agrícola, incluindo os estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Na mesma linha de ampliação, foi instalado o Centro de Estudos Estratégicos e de Capacitação em Agricultura Tropical, com objetivo de ampliar a capacidade de pensar o futuro da pesquisa agropecuária, e de oferecer capacitação em tecnologia tropical para os técnicos brasileiros e de outros países.

O Governo também apostou no fortalecimento da rede de laboratórios, com investimentos na recuperação de instalações e modernização laboratorial. Estima-se que foram construídos e recuperados mais de 600 mil m<sup>2</sup> de instalações. De 2008 a 2010, a Embrapa voltou a apoiar as organizações estaduais de pesquisa, repassando R\$ 204 milhões. Esses recursos foram aplicados na revitalização de infraestrutura. Também ganhou impulso, por meio do fortalecimento da cooperação técnica, os laboratórios já existentes nos Estados Unidos e na Europa, além da criação de laboratório na Coreia do Sul, e a instalação de escritórios na África, América Central e América do Sul.

Entre 2003 e 2010, a Embrapa buscou manter o foco em pesquisas para responder aos grandes desafios nacionais, como:

- Produção sustentável da cultura da cana-de-açúcar para bioenergia.
- Avaliação dos impactos ambientais, econômicos e sociais dos sistemas de produção de bovino de corte no Cerrado, na Amazônia e no Pantanal.
- Florestas energéticas na matriz de agroenergia brasileira.
- Bases tecnológicas para o desenvolvimento sustentável da aquicultura no Brasil.
- Bases científicas e tecnológicas para o desenvolvimento da agricultura orgânica no Brasil.
- Fontes alternativas potenciais de matéria-prima para produção de agroenergia.
- Rede nacional para desenvolvimento e incorporação de informações e ferramentas de genômica animal para avanço dos processos de melhoramento genético e produção pecuária.
- Transição agroecológica.

- Biotecnologia animal na seleção, na multiplicação, na segurança biológica, no intercâmbio e na disseminação de recursos genéticos em diferentes sistemas de produção.
- Simulação de cenários agrícolas futuros, a partir de projeções de mudanças climáticas regionalizadas. Impactos das mudanças climáticas globais sobre problemas fitossanitários.
- Tecnologias para o aumento de eficiência de fertilizantes e a identificação de fontes alternativas de fertilizantes de nutrientes para a agricultura brasileira.
- Agricultura de precisão para a sustentabilidade de sistemas produtivos do agronegócio brasileiro.

## Manutenção do Programa Grandes Desafios Nacionais

### Objetivo

Manter carteira de projetos de elevada base científica, de caráter transdisciplinar e multi-institucional, abordando pesquisas de caráter estratégico, que exijam para sua execução arranjos institucionais complexos ou grandes redes de pesquisa, com aplicação intensiva de recursos, como biotecnologia e nanotecnologia, dentre outros.

### Data de início

9/10/2002

### Instrumento legal

- Deliberação nº 10, da Diretoria Executiva da Embrapa

### Participação e controle social

Todos os trabalhos da Embrapa buscam desenvolver soluções de pesquisa que gerem benefícios para a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, foram instituídos instrumentos e procedimentos que garantem contínua interação com a sociedade, de maneira a identificar demandas e oportunidades, mas também prestar contas sobre os trabalhos e resultados da Embrapa.

Em nível corporativo, podem ser destacados como mecanismo de participação e controle social o Conselho de Administração (Consad), o Conselho Assessor Nacional (CAN) e a elaboração a cada quatro anos o Plano Diretor da Embrapa (PDE), com a participação de representantes dos diferentes segmentos do setor agrícola. Esse é o documento orientador da ação da Empresa na programação de pesquisa e desenvolvimento, de transferência de tecnologia e de desenvolvimento institucional. No âmbito de cada centro de pesquisa, esse exercício se concretiza principalmente pela presença do Comitê Assessor Externo e pela elaboração quadrianual, com revisões bianuais, do Plano Diretor da Unidade (PDU). Tanto o PDE como o PDU estão diretamente relacionados à identificação de demandas e à definição de prioridades, por meio de exercícios de prospecção junto às diversas cadeias produtivas, por meio de aplicação de questionários (Delphi) e realização de painéis, em que são feitas consultas diretamente aos produtores e demais agentes relacionados ao tema. A prestação de contas é feita mediante relatório de atividades apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU) e por meio do Balanço Social, publicado anualmente.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

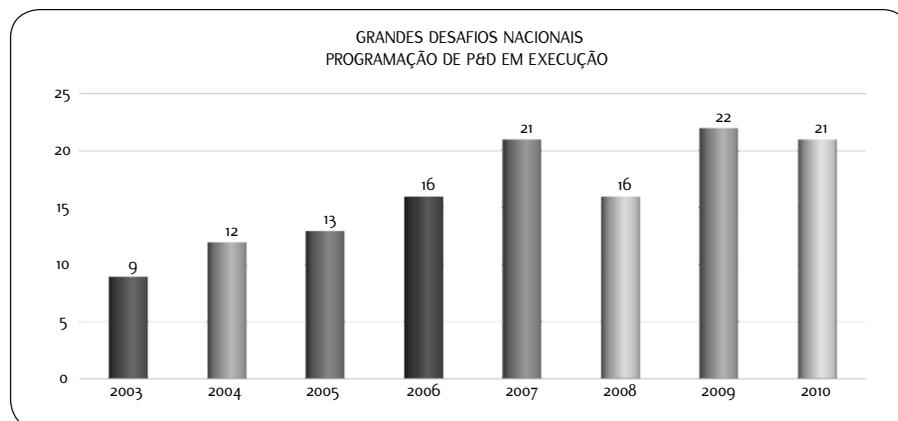
O Programa Grandes Desafios Nacionais foi criado para alinhar a gestão de projetos da Embrapa às mudanças no processo de desenvolvimento científico e tecnológico. O esforço é tratar os problemas de pesquisa de forma interativa e focado na busca de avanços tecnológicos, de maneira a estabelecer novos paradigmas em termos de conhecimento e padrão tecnológico do agronegócio brasileiro. O Programa permite lidar, por exemplo, com desafios relacionados aos impactos das mudanças climáticas globais no agronegócio, ou ainda com oportunidades relacionadas aos avanços da biologia e suas interações com a biossegurança, com a tecnologia da informação (bioinformática) e até com a nanotecnologia. Os programas apresentados têm caráter permanente e abrigam projetos de pesquisa e transferência. Ao longo dos anos, há uma natural renovação de projetos, com suas respectivas conclusões e apresentação de novas propostas, como pode ser observado no gráfico a seguir.

### Resultados

O Programa Grandes Desafios Nacionais teve uma carteira de 33 projetos de pesquisa e desenvolvimento implementada, nos últimos oito anos.

Atualmente, encontram-se em execução 21 projetos nas seguintes áreas:

- Desenvolvimento de tecnologias agroindustriais para obtenção de biocombustíveis derivados de óleos vegetais.
- Produção sustentável da cultura da cana-de-açúcar para bioenergia em regiões tradicionais e de expansão no Nordeste e Norte do Brasil.
- Avaliação dos impactos ambientais, econômicos e sociais dos sistemas de produção de bovino de corte no Cerrado, na Amazônia e no Pantanal.
- Florestas energéticas na matriz de agroenergia brasileira.
- Bases tecnológicas para o desenvolvimento sustentável da aquicultura.
- Bases científicas e tecnológicas para o desenvolvimento da agricultura orgânica.
- Fontes alternativas potenciais de matéria-prima para produção de agroenergia.
- Rede nacional para desenvolvimento e incorporação de informações e ferramentas de genômica animal para avanço dos processos de melhoramento genético e produção pecuária.
- Transição agroecológica.
- Biotecnologia animal na seleção, na multiplicação, na segurança biológica, no intercâmbio e na disseminação de recursos genéticos, em diferentes sistemas de produção visando à competitividade da pecuária nacional.
- Simulação de cenários agrícolas futuros, a partir de projeções de mudanças climáticas regionalizadas.
- Impactos das mudanças climáticas globais sobre problemas fitossanitários.
- Tecnologias para o aumento de eficiência de fertilizantes e a identificação de fontes alternativas de fertilizantes de nutrientes para a agricultura brasileira e agricultura de precisão para a sustentabilidade de sistemas produtivos do agronegócio brasileiro.



Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Manutenção do Programa Competitividade e Sustentabilidade Setorial

### Objetivo

Ampliar a carteira de projetos de pesquisa e desenvolvimento de caráter aplicado, estratégico ou eventualmente básico, de natureza temática ou interdisciplinar, que exijam para sua execução a organização de *clusters*, equipes interativas e redes, tendo como foco a competitividade e a sustentabilidade setorial. O Programa compõe-se de projetos de médio e longo prazos que contribuam para o avanço do conhecimento e obtenção de vantagens competitivas, com sustentabilidade para o agronegócio brasileiro.

### Data de início

9/10/2002

### Instrumento legal

- Deliberação nº 10, da Diretoria Executiva da Embrapa

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

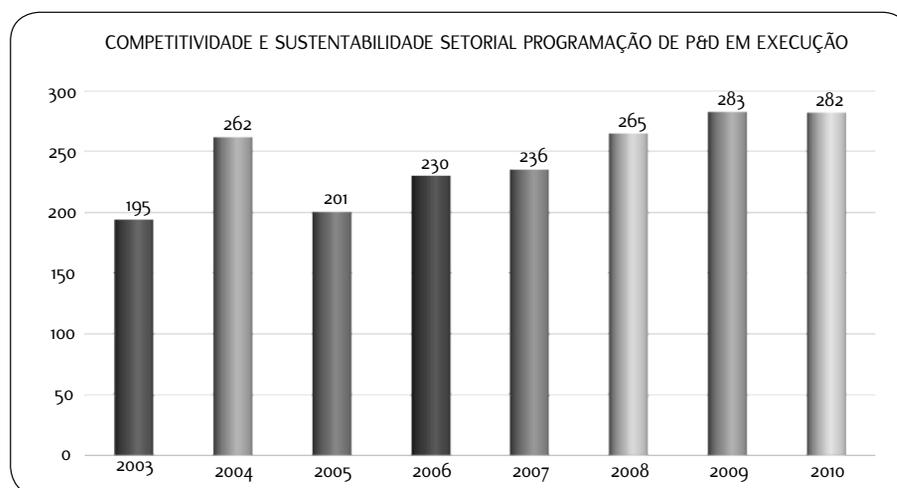
Tem como foco questões prioritárias relacionadas às diferentes cadeias produtivas e que têm grande impacto para a sustentabilidade e competitividade da agricultura brasileira. A carteira do Programa abriga os projetos de melhoramento genético vegetal e animal, assim como projetos relacionados a áreas estratégicas, dentre elas: sanidade vegetal, saúde animal, biotecnologia aplicada e uso sustentável dos biomas.

Os programas apresentados têm caráter permanente e abrigam projetos de pesquisa e transferência. Ao longo dos anos, há uma natural renovação de projetos, com suas respectivas conclusões e apresentação de novas propostas como pode ser observado no gráfico a seguir.

### Resultados

Nos últimos oito anos, o programa contou com uma carteira de 402 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Atualmente, encontram-se em execução 223 projetos voltados ao melhoramento genético vegetal e animal, sistemas de produção, sanidade animal e vegetal, biologia avançada, sustentabilidade, processamento e qualidade de produtos, modelos, indicadores e cenários, recursos genéticos, manejo de recursos naturais, agroenergia e ordenamento territorial. Alguns exemplos são:

- Tecnologias limpas aplicadas à suinocultura.
- Balanço de carbono e nitrogênio em áreas referência do semiárido.
- Métodos para determinação de resíduos e contaminantes químicos em produtos de origem animal e vegetal.
- Aprimoramento no diagnóstico da tuberculose bovina por meio de ferramentas biotecnológicas.
- Prestação de serviços ambientais por opções de manejo em sistemas produtivos na Amazônia.
- Tecnologias para controle da ferrugem asiática da soja.
- Melhoramento genético para fortalecimento da cadeia produtiva do feijoeiro comum.
- Desenvolvimento de cultivares de soja adaptadas aos diversos sistemas agrícolas.



Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Manutenção do Programa Desenvolvimento Tecnológico Incremental

### Objetivo

Apoiar o aperfeiçoamento tecnológico contínuo do agronegócio e atividades correlatas, atendendo demandas e necessidades de curto e médio prazos. O Programa integra projetos a serem executados por meio de arranjos simples e que são pouco intensivos em aplicação de recursos.

### Data de início

9/10/2002

### Instrumento legal

- Deliberação nº 10, da Diretoria Executiva da Embrapa

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

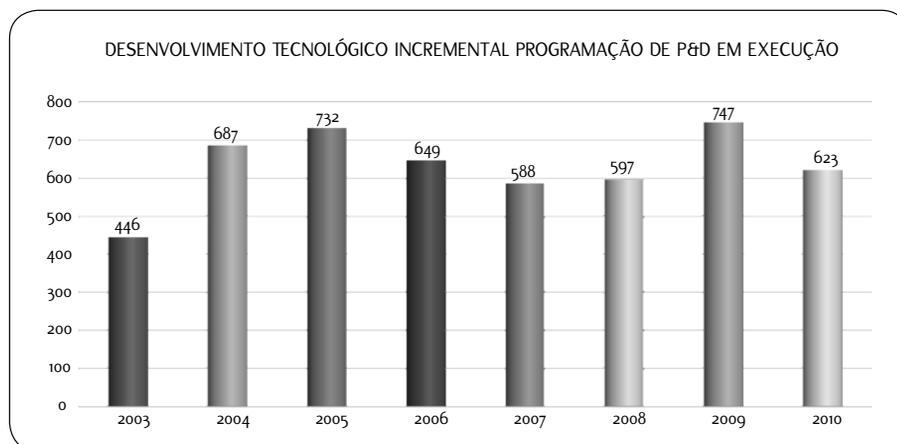
Tem como foco o planejamento e a execução de pesquisas que buscam avanços incrementais, como a finalização ou adaptação de tecnologias para transferência ao setor produtivo ou avanços e inovações que tenham dimensão menos complexa do ponto de vista da execução, e, portanto, não exigem necessariamente organização em redes.

Os programas apresentados têm caráter permanente e abrigam projetos de pesquisa e transferência. Ao longo dos anos, há uma natural renovação de projetos, com suas respectivas conclusões e apresentação de novas propostas como pode ser observado no gráfico a seguir.

### Resultados

O Programa Desenvolvimento Tecnológico Incremental teve uma carteira de 767 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento implementados nos últimos oito anos. Atualmente, encontram-se em execução 297 projetos destinados a apoiar o aperfeiçoamento tecnológico contínuo do agronegócio e atividades correlatas, atendendo suas demandas e necessidades de curto e médio prazos, executados por meio de arranjos simples e pouco intensivos em aplicação de recursos. Alguns destaques são:

- Desenvolvimento de ferramentas de bioinformática para detecção de Single Nucleotide Polymorphism (SNPs) e variantes estruturais a partir do resequenciamento genômico de variedades de arroz tolerantes à seca.
- Sistema silvipastoril com cajueiros para a terminação de ovinos na Zona de Cocais da Região Meio-Norte.
- Validação de sistemas informatizados de gestão do uso da terra em pequenas propriedades rurais.
- Viabilidade técnica e econômica do cultivo do abacateiro nas condições do semiárido.
- Alternativas para melhoria da qualidade pré-colheita e manutenção da qualidade pós-colheita do mamão e manejo do capim-piatã, no estabelecimento de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, como estratégia de renovação de pastagens degradadas no Cerrado.



Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Manutenção do Programa Transferência de Tecnologia e Comunicação Empresarial

### Objetivo

Desenvolver a integração da atividade de Pesquisa e Desenvolvimento e do mercado, aprimorando o relacionamento da Embrapa com seus públicos de interesse e com a sociedade. Para tanto, abriga iniciativas de caráter aplicado, de natureza temática ou interdisciplinar, priorizando a execução e a organização de projetos por meio de núcleos especializados, equipes interativas ou redes, de acordo com seu grau de complexidade e abrangência.

## Data de início

9/10/2002

## Instrumento legal

- Deliberação nº 10, da Diretoria Executiva da Embrapa

## Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

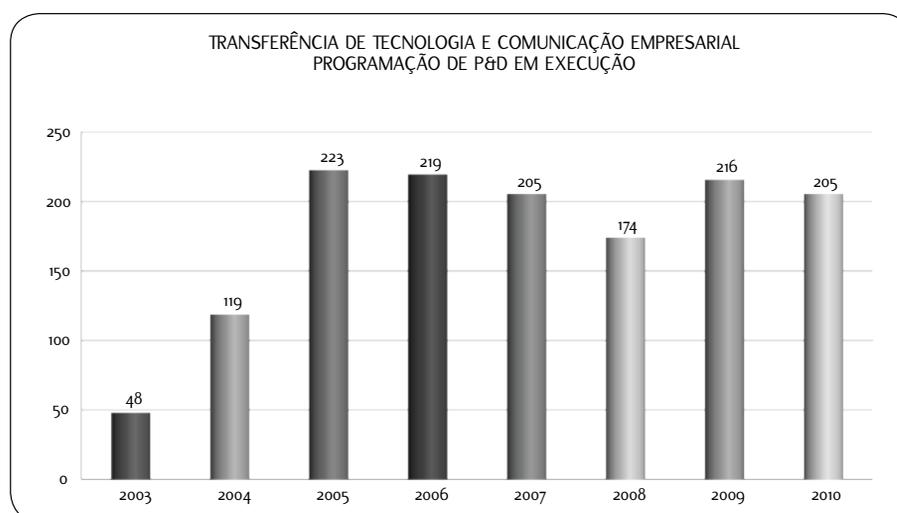
A criação desse programa fundamenta-se na necessidade de ampliar a Transferência de Tecnologia (TT) e a Comunicação Empresarial (CE). O Governo se propôs a disponibilizar e divulgar a informação técnico-científica e socioeconômica produzida pelos centros de pesquisa da Embrapa e parceiros. A iniciativa tem como objetivo criar e manter fluxos de informação e influência recíproca entre Embrapa, seus públicos e a sociedade, além de monitorar os ambientes internos e externos para identificação de demandas de transferência de tecnologia e de comunicação, bem como qualificar e capacitar os técnicos.

Os programas apresentados têm caráter permanente e abrigam projetos de pesquisa e transferência. Ao longo dos anos há uma natural renovação de projetos, com suas respectivas conclusões e apresentação de novas propostas como pode ser observado no gráfico a seguir.

## Resultados

O Programa teve uma carteira de 278 projetos implementados nos últimos oito anos. Atualmente, encontram-se em execução 147 projetos voltados ao desenvolvimento da integração entre a atividade de P&D e o mercado. Alguns exemplos dessa carteira são:

- Rede de transferência de tecnologias para revitalização das áreas cultivadas com coqueiro gigante, nos tabuleiros costeiros e baixada litorânea do Nordeste.
- Incorporação de cultivares de arroz híbrido no sistema agrícola brasileiro.
- Minibibliotecas – constituição de rede e potencialização do uso em apoio às ações de transferência de tecnologia para agricultura familiar.
- Avaliação do potencial de mercado de tecnologias de biopesticida e biofertilizante.
- Divulgação de cultivares e tecnologias para a produção de sorgo no semiárido brasileiro.
- Desenvolvimento das indicações geográficas de vinhos Farroupilha e Altos Montes no Arranjo Produtivo Local (APL) de vitivinicultura.
- Práticas tecnológicas para aumento da produção e qualidade do leite no semiárido dos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe.
- Rede de transferência de tecnologia para sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta.



Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Programa Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar e à Sustentabilidade do Meio Rural

### Objetivo

Dar suporte a iniciativas de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e de comunidades tradicionais, na perspectiva de agregação de valor e, prioritariamente, com abordagem territorial, promovendo a convergência de esforços multi-institucionais e interdisciplinares, nos quais os componentes de Pesquisa e Desenvolvimento e de Transferência de Tecnologia sejam relevantes.

### Data de início

20/1/2004

### Instrumento legal

- Deliberação nº 10, da Diretoria Executiva da Embrapa

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

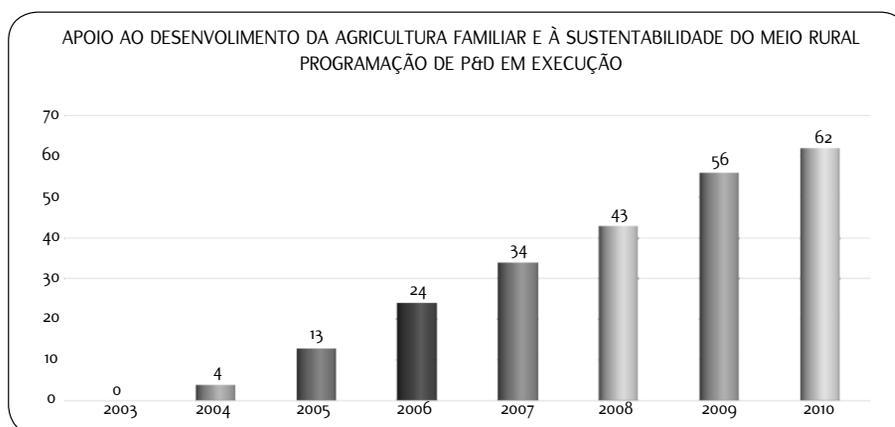
Dentre os fatores que respaldaram a sua criação, destaca-se o segmento da agricultura familiar, que tem importância social e econômica para a agricultura do País. A proposta é fornecer elementos estruturantes (métodos, instrumentos e meios) para apoiar políticas públicas e programas mais específicos de desenvolvimento, fomento, capacitação e socialização de conhecimentos e tecnologias agropecuárias e não agropecuárias, que busquem inclusão social dos segmentos envolvidos com a produção de base familiar, os assentamentos de reforma agrária e comunidades tradicionais.

O Programa busca atender de forma diferenciada demandas específicas da agricultura familiar e de comunidades tradicionais. Contudo, os demais programas da Embrapa também atendem a tais segmentos, por meio da geração de conhecimentos e tecnologias.

### Resultados

O Programa implementou 66 projetos nos últimos oito anos. Atualmente, encontram-se em execução 51 projetos voltados para fornecer suporte a iniciativas de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e de comunidades tradicionais. Alguns destaques são:

- Rede de pesquisa participativa para a transição agroecológica da agricultura familiar do território sul do Rio Grande do Sul.
- Manejo da agrobiodiversidade, com enfoque agroecológico em comunidades de pequenos agricultores.
- Melhoria da produção, do processamento e da comercialização de queijo coalho de agricultores familiares nos estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.
- Sistema de monitoramento da qualidade de águas naturais.
- Exploração agropecuária e preservação dos recursos hídricos.
- Participação comunitária de produtores de leite de base familiar e quilombolas.
- Desenvolvimento de comunidades de agricultores familiares do Piauí por meio do gergelim orgânico.
- Fortalecimento do arranjo produtivo da caprinovinocultura da microrregião de Juazeiro (BA).
- Impactos das barragens subterrâneas em sistemas agrícolas e rede de agricultores guardiões de sementes e desenvolvimento *in situ* de cultivares crioulas.



Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa

O Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa (PAC-Embrapa), lançado pelo Governo Federal em abril de 2008, com previsão de execução para o triênio 2008-2010 e orçamento na ordem dos R\$ 914 milhões, é composto por dez projetos, subdivididos em 141 metas distintas:

- Seis projetos referem-se a ações de pesquisa, desenvolvimento ou transferência de tecnologia.
- Um para melhoria do modelo institucional da Empresa.
- Um para revitalização da infraestrutura física e capacidade intelectual da Empresa.
- Um para revitalização das organizações estaduais de pesquisa agropecuária (Oepas).
- Um de desenvolvimento de sistema computacional para acompanhamento via satélite, em tempo real, da execução e dos impactos de obras de grande vulto e de interesse da sociedade.

### Objetivo

Recuperar a capacidade operacional da Embrapa e, extensivamente, por meio de investimentos realizados em 17 Oepas. Suas ações estão divididas em quatro eixos estratégicos: infraestrutura; pesquisa e transferência de tecnologias; recursos humanos; e gestão institucional.

### Data de início

23/4/2008

### Instrumentos legais

- Resolução nº 72, do Conselho de Administração da Embrapa
- Resolução Normativa nº 21, do diretor Presidente da Embrapa

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Para permitir a construção de novos centros de pesquisa; o fortalecimento e a ampliação de projetos e ações de pesquisa; o desenvolvimento e a transferência de tecnologias de interesse da sociedade; a ampliação e a revitalização da infraestrutura física das unidades da Empresa e também de 17 organizações estaduais afiliadas ao Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, além da valorização e da expansão do maior patrimônio da Embrapa, seu capital humano e intelectual.

### Resultados

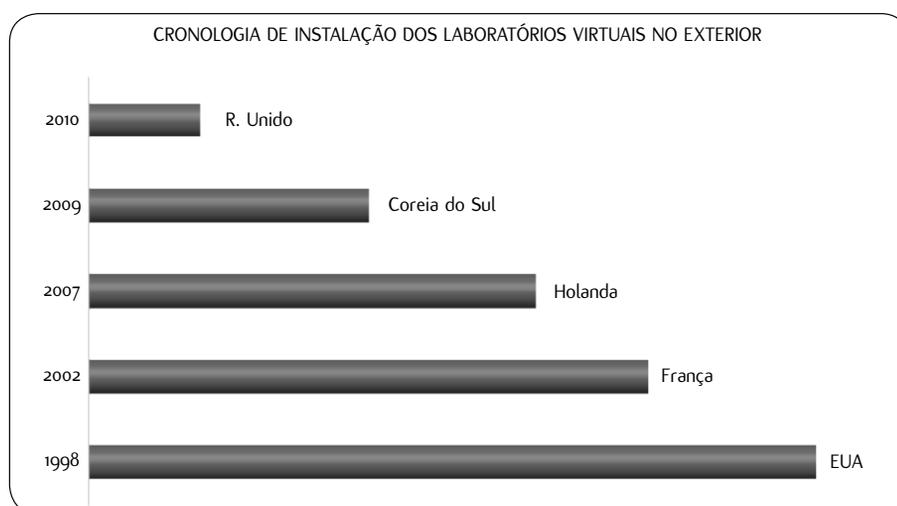
- Criação de três novos centros de pesquisa em áreas de fronteira agrícola nos estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.
- Criação de dois novos centros de pesquisa em áreas de fronteira do conhecimento humano (Agroenergia, Estudos Estratégicos e Capacitação).

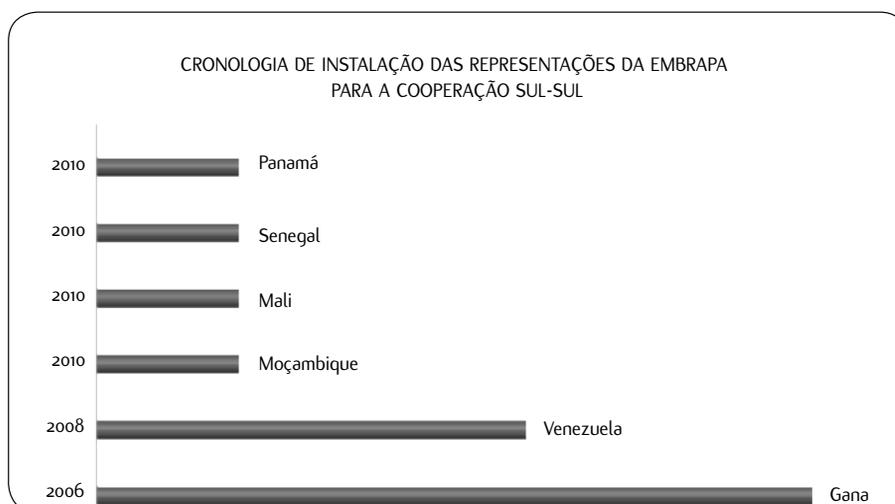
- Modernização de 17 organizações estaduais de pesquisa agropecuária, como estratégia de fortalecimento do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.
- Fortalecimento das equipes da Embrapa no exterior e expansão da presença da empresa para o Reino Unido e Coreia, na busca por conhecimento – laboratórios virtuais no exterior (Labex) – e para Moçambique, Mali, Senegal, Venezuela e mais recentemente Panamá (Embrapa Américas), com a missão de transferir tecnologias e prospectar negócios.
- Custeio de 156 novos projetos de pesquisa e desenvolvimento e financiamento integral de bens de capital para todos os projetos em andamento na Empresa.
- Incorporação ao programa de P&D de projetos em 15 temas estratégicos como: aquicultura, eficiência no uso de insumos agrícolas, defesa animal e vegetal, compostos poliméricos, agregação de valor aos produtos de sistemas naturais, dentre outros. No componente de inovação dos sistemas de produção, as ações de transferência de tecnologias contemplaram novas cultivares biofortificadas de feijão, cenoura e mandioca, manejo e controle da qualidade da água em regiões árida, zoneamento agroclimáticos, sistemas agroecológicos, boas práticas agrícolas e ações para mitigação das atividades antrópicas nas diferentes regiões agrícolas e de extrativismo.
- Avanços tecnológicos refletidos por incubação de empresas, lançamento de cultivares e licenciamento de patentes.
- Ampliação do quadro de funcionários da empresa, com abertura de 1.211 vagas para concurso público.
- Ampliação e fortalecimento do programa de capacitação institucional de todo o quadro, seja na área de pesquisa ou suporte.
- A infraestrutura ampliada ou revitalizada atingiu a área de 614.900m<sup>2</sup>, com destaque para projetos de adequação de laboratórios a normas internacionais de qualidade e a adequação de instalações à legislação ambiental.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

As informações contidas nas figuras 1 e 2 descrevem a evolução da presença da Embrapa em outros países, seja por meio dos Labex, que têm como missão a busca por conhecimento de ponta, seja por representantes na África, Américas do Sul e Central, visando à transferência de tecnologia e prospecção de negócios. Adicionalmente aos Estados Unidos e à França, três outros países passaram a alojar representantes da Embrapa: Holanda, em 2007; Coreia do Sul, em 2009; e Reino Unido, em 2010.

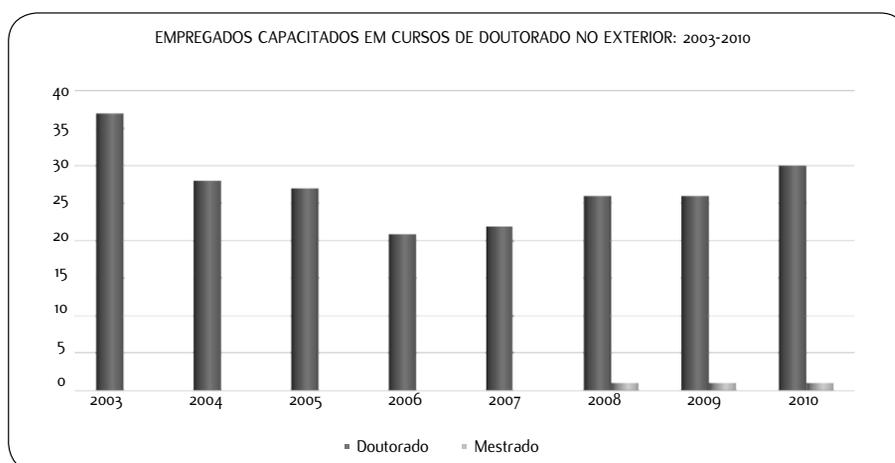
Em relação à cooperação Sul-Sul, também foram verificados avanços. Após a instalação da representação da Embrapa em Gana, em 2006, outros três países africanos – Moçambique, Mali e Senegal – iniciaram projetos de cooperação, com a presença, nos respectivos países, de escritórios de representação da Embrapa. Em 2007, a Empresa foi solicitada a cooperar com a Venezuela, para fortalecer o agronegócio daquele país. Mais recentemente, foi instalada uma representação no Panamá, de onde a Embrapa pretende apoiar projetos de cooperação no México, América Central, Caribe e Região Andina. Essas ações são uma resposta aos recursos disponibilizados pelo PAC Embrapa.





Outra prioridade do PAC-Embrapa refere-se ao aprimoramento dos recursos humanos da empresa. Ao longo de sua atuação, a Embrapa estabeleceu forte programa de capacitação dos empregados tanto no Brasil quanto no exterior. Mais recentemente, a partir de 2009, os recursos advindos do PAC-Embrapa fortaleceram o programa de especialização de profissionais da Empresa e das Oepas, incorporados ao programa de pós-graduação. Essa ação voltou-se, preferencialmente, à formação de gestores, o que permitiu ampliar o quadro de empregados capacitados em assumir funções gerenciais, em diversas áreas da Empresa. No período de 2003 a 2010, 416 empregados foram capacitados, dos quais 231 somente nos dois últimos anos. Os cursos de mestrado e doutorado atenderam, principalmente, à carreira de pesquisadores. Foram 1.329 empregados qualificados em cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado no País.

A capacitação de empregados no exterior está direcionada aos cursos de doutoramento e pós-doutoramento. Essa política reforça a interação de pesquisadores nacionais com os centros de excelência de ensino no exterior. Ao longo dos últimos oito anos, 373 empregados foram capacitados no exterior em cursos de doutorado e pós-doutorado, gerando qualificação em áreas relacionadas à fronteira do conhecimento (figuras 3 e 4).



Complementam a capacitação dos empregados os cursos de pós-graduação, permitindo atualização dos pesquisadores e o estabelecimento de parcerias entre instituições nacionais e internacionais, nas áreas de interesse estratégico da geração de conhecimento. Entre 2003 e 2010, participaram do programa de pós-doutorado 199 empregados, dos quais 156 no exterior. Nos últimos três anos, foram integrados ao programa 87 empregados.



## G) AGROENERGIA

A agroenergia, um dos principais componentes da matriz energética brasileira, é responsável por 32% da oferta primária de energia do País, como demonstrado no Balanço Energético Nacional de 2009, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética.

Essa participação expressiva é resultado do esforço conjunto do Governo e do setor privado na exploração do potencial de cadeias produtivas estratégicas. Nos últimos oito anos, a indústria sucroalcooleira se consolidou como principal fonte de energia renovável, superando o setor hidrelétrico. A participação da cana-de-açúcar saltou de 12,6%, em 2002, para 18,1%, em 2009, ao passo que a participação das hidrelétricas subiu de 13,96% para 15,29%. O petróleo continua em primeiro lugar, embora sua participação tenha caído de 42,96% para 37,76% no mesmo período. O Governo também estruturou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e desenvolveu linhas de crédito específicas para apoiar o plantio das florestas energéticas.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento elegeu o aumento da participação da agroenergia como um dos três objetivos prioritários no seu planejamento estratégico. Para que esse objetivo fosse atingido, algumas medidas importantes foram tomadas:

- Elaboração do Plano Nacional de Agroenergia, lançado em outubro de 2005, estabelecendo as diretrizes para a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica em agroenergia.
- Criação da Embrapa Agroenergia – Centro Nacional de Pesquisa de Agroenergia (CNPAE), em 24 de maio de 2006, por Resolução no 61 do Conselho de Administração da Embrapa – centro responsável por coordenar a plataforma de PD&I em agroenergia e executar ações de pesquisa nessa área.. O CNPAE está sendo implantado em Brasília (DF), em terreno contíguo à sede da Embrapa, com 9.490m<sup>2</sup> de área construída e investimentos contratados de R\$ 21.120.637,51. O CNPAE está implantado em Brasília (DF).
- Inclusão do Programa Desenvolvimento da Agroenergia no Plano Plurianual 2008-2011, como instrumento para promover a integração dos esforços das diferentes áreas de governo afetas ao tema.

Além disso, para garantir a sustentabilidade da expansão das cadeias produtivas agroenergéticas, foram realizados os zoneamentos agroecológicos da cana-de-açúcar e da palma (dendê) e o zoneamento agrícola de risco climático para diversas culturas oleaginosas, bem como para o eucalipto, principal alternativa de produção de carvão vegetal e lenha.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento se articulou com o Ministério das Relações Exteriores para promover a experiência brasileira e incentivar a implantação de programas de produção e uso dos biocombustíveis em outros países em desenvolvimento. A iniciativa é considerada fundamental para o desenvolvimento do mercado internacional, o que deverá resultar na criação de oportunidades crescentes para o País, com a exportação de biocombustíveis, equipamentos, tecnologias e serviços.

### Programa Desenvolvimento da Agroenergia

O Programa Desenvolvimento da Agroenergia é composto de ações que englobam os três principais pilares da produção sustentável da agroenergia: a pesquisa, o fomento à produção de matérias primas e o apoio ao desenvolvimento do mercado internacional.

## Objetivo

Criar as condições para manutenção ou aumento da participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável, contemplando o fortalecimento das ações de pesquisa, assistência técnica e extensão rural e a inserção competitiva da agricultura familiar nas cadeias produtivas da agroenergia, além do fortalecimento da cooperação internacional.

## Data de início

1º /1/2008

## Instrumentos legais

- Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005 : dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética nacional.
- Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005: disciplina o regime tributário do biodiesel.
- Decreto nº 6.961, d 17 de setembro de 2009 : aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar.
- Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010: aprova o zoneamento agroecológico da palma de óleo.
- Instrução Normativa Mapa nº 4, de 2008: autoriza a inscrição no Registro Nacional de Cultivares da espécie *Jatropha Curcas* L. (pinhão manso).

## Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Nos últimos anos, têm sido crescentes as pressões para que a matriz energética mundial priorize fontes renováveis e menos poluentes, uma vez que a geração e o consumo de energia são os principais fatores de emissões de gases de efeito estufa. Isso abre grandes oportunidades para o Brasil que, além da tradição na produção de etanol, tem vocação natural para a produção de energia de biomassa agrícola, devido à sua localização geográfica e extensão territorial.

O Programa Desenvolvimento da Agroenergia foi criado com o propósito de integrar e orientar as ações de governo nas diferentes áreas da agroenergia – etanol, biodiesel, florestas energéticas e resíduos agrícolas e pecuários de valor energético –, de acordo com as diretrizes apontadas pelo Plano Nacional de Agroenergia.

## Resultados

1. Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, publicado em setembro de 2009, o qual identificou mais de 63 milhões de hectares com aptidão para a expansão do cultivo, mesmo obedecendo às seguintes restrições: não instalação de novos projetos na Amazônia, no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai; não instalação de projetos em áreas que impliquem desmatamentos; não instalação de projetos em áreas que requeiram irrigação plena; e não instalação de projetos em áreas que impossibilitem a colheita mecanizada.
2. Zoneamento agroecológico da palma de óleo (dendê), publicado em maio de 2010: apontou mais de 26 milhões de hectares de aptidão para essa cultura, predominantemente na região Norte do País. Também foram identificadas áreas de aptidão no norte do Mato Grosso e na faixa litorânea que se estende de Pernambuco ao Rio de Janeiro. Para tanto, só foram analisadas áreas já antropizadas, não devendo ser autorizado o plantio em áreas que requeiram desmatamentos.
3. Estruturação da rede de pesquisas em pinhão manso, congregando centros de pesquisa públicos e privados, com o objetivo de montar banco de germoplasma e estudar as diferentes variedades dessa espécie encontradas no País, buscando selecionar aquelas mais adequadas à exploração comercial, bem como, chegar ao desenvolvimento de novas cultivares, a partir desses materiais genéticos já disponíveis. Embora o pinhão manso seja considerado de excelentes atributos para a produção de biodiesel, trata-se de uma planta ainda não domesticada. A rede de pesquisas tem o propósito de acelerar esse processo investigativo, de forma a reduzir os riscos do plantio comercial.
4. Qualificação de Técnicos (extensionistas da Emater e técnicos de empresas privadas) para a produção de dendê: estão sendo capacitados 160 técnicos no estado do Pará para atuarem como multiplicadores para pequenos agricultores sobre as estratégias produtivas da agricultura familiar e suas relações com o desenvolvimento rural na região amazônica.
5. Capacitação Técnica de Agricultores no Cultivo Sustentável da Mamona: 100 agricultores capacitados na região de Montes Claros (MG).
6. Mapeamento de macrorregiões de ocorrência natural de Macaúba (*Acronomia aculeata*) nos estados de Minas Gerais e Goiás.
7. Realização da primeira rodada de *workshops* no continente africano, entre 17 de outubro e 2 de novembro de 2009, para apresentar a experiência brasileira com o zoneamento agroecológico, instrumento fundamental para aumentar a eficiência produtiva da agricultura. Os técnicos do Mapa, da Embrapa, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e

do Ministério de Relações Exteriores visitaram sete países (África do Sul, Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), mostrando que a experiência brasileira em harmonizar a produção de bicompostíveis com a de alimentos também é acessível a eles.

**OFERTA INTERNA DE ENERGIA (2002 A 2009)  
EM TEP**

Oferta ano	Petróleo	Gás natural	Carvão mineral	Urânio U3o8	Energia hidráulica	Carvão e lenha	Produtos da cana	Outras fontes renováveis	Energia primária total	Bio-massa
2002	85.373	14.803	13.005	3.698	27.738	23.636	25.431	5.050	198.734	49.067
2003	81.069	15.512	13.527	3.621	29.477	25.973	27.093	5.663	201.935	53.066
2004	83.648	19.061	14.225	3.170	30.804	28.203	28.775	5.860	213.746	56.978
2005	84.553	20.526	13.721	2.549	32.379	28.468	30.147	6.320	218.663	58.615
2006	85.545	21.716	13.537	3.667	33.537	28.589	32.999	6.754	226.344	61.588
2007	89.239	22.199	14.356	3.309	35.505	28.628	37.847	7.440	238.523	66.475
2008	92.410	25.934	14.562	3.709	35.412	29.227	42.866	8.475	252.595	72.093
2009	92.100	21.300	11.750	3.450	37.300	24.600	44.100	9.300	243.900	68.700

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## MARCOS LEGAIS

- Lei Complementar nº 137, de 2010: autoriza a União a participar em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural – Fundo de Catástrofe.
- Lei nº 4.680, de 2003: regulamenta o direito à informação quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados.
- Lei nº 10.711, de 2003: dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças.
- Lei nº 10.823, de 2003: institui a concessão à subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, regulamentada pelo Decreto nº 5.121, de 2004.
- Lei nº 10.831, de 2003: cria o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica, regulamentado pelos Decretos nº 6.323, de 2007 e nº 7.048, de 2009.
- Decreto nº 4.954, de 2004: regulamenta a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes ou biofertilizantes destinados à agricultura.
- Decreto nº 5.053, de 2004: regulamenta a Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabricam ou Comercializam.
- Lei nº 10.970, de 2004: altera dispositivos da Lei nº 7.678, de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, regulamentada pelo Decreto nº 6.344, de 2008.
- Decreto nº 5.759, de 2006: promulga o texto revisado da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIPV), aprovado na 29ª Conferência da FAO, em 17 de novembro de 1997.
- Decreto nº 6.268, de 2007: regulamenta a Lei nº 9.972, de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.
- Decreto nº 6.296, de 2007: aprova o Regulamento da Lei nº 6.198, de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal.
- Lei nº 11.515, de 2007: altera dispositivos da Lei nº 569/1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal.
- Decreto nº 6.385, de 2008: dá nova redação aos arts. nº 854 e 918 do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto nº 30.691, de 1952.

- Lei nº 11.775, de 2008: institui medidas de estímulo à liquidação ou à regularização de dívidas originárias das operações de crédito rural e de crédito fundiário, inclusive do Funcafé.
- Decreto nº 6.913, de 2009: institui procedimentos diferenciados para o registro de produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica.
- Decreto nº 6.871, de 2009: regulamenta a Lei nº 8.918, de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas.
- Decreto nº 6.961, de 2009: aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar.
- Decreto nº 6.946, de 2009: altera dispositivos do Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 1934, e do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, aprovado pelo Decreto nº 24.114, de 1934.
- Lei nº 12.097, de 2009: dispõe sobre o conceito e a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva de bovinos e búfalos.
- Decreto nº 7.172, de 2010: aprova o zoneamento agroecológico da palma de óleo.

## GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

De forma geral, a participação social ocorre mediante a representação das entidades na composição das câmaras setoriais e temáticas vinculadas ao Conselho do Agronegócio (Consagro), inclusive aquelas relacionadas à Cadeia Produtiva da Indústria Sucoalcooleira, as oleaginosas e o biodiesel, a silvicultura (incluindo o carvão vegetal) e a palma de óleo.

Além das câmaras setoriais e temática, outra forma de envolvimento é a Conferência Nacional sobre Defesa Agropecuária, evento que reúne diferentes segmentos da sociedade.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento faz uso ainda das consultas públicas no que se refere à elaboração de normas e regulamentos. Existem ainda órgãos específicos, a exemplo das comissões estaduais de sementes e mudas, que propiciam a articulação com os segmentos interessados na formulação e no acompanhamento das atividades.

Na área de pesquisa agropecuária, a participação se dá por intermédio dos seguintes conselhos/comitês:

1. Conselho Assessor Nacional (CAN): constituído por representantes de 28 organizações relacionadas à agricultura e à gestão de ciência e tecnologia, tem a finalidade de assessorar na definição de macropolíticas e apoiar a Diretoria da Embrapa na avaliação de suas atividades e resultados.
2. Comitê Assessor Externo (CAE): órgão consultivo de atuação junto às unidades descentralizadas da Embrapa, que assessoria no processo de monitoramento do ambiente externo, particularmente, quanto ao acompanhamento e análise de tendências no cenário de Ciência, Tecnologia e Inovação.

### Modelo de gestão

Na área de saúde animal e sanidade vegetal, em que as unidades da Federação são responsáveis pela implementação das ações nos respectivos estados e no Distrito Federal, utiliza-se o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa) para delineamento das diretrizes da defesa agropecuária e discussão dos entraves.

Na pesquisa agropecuária, a interação com a sociedade é feita em parceria com as organizações estaduais, universidades e outras instituições de ciências agrárias que atuam em todos os estados, por intermédio dos colegiados específicos.

Na agroenergia, a gestão social acontece mediante relação direta com o público-alvo, especialmente, produtores rurais e cooperativas, além dos empresários do setor.

Na política dos biocombustíveis, há o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool, para o caso do etanol, do qual fazem parte os ministros da Agricultura; da Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; de Minas e Energia; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A política para o biodiesel é definida pela Comissão Interministerial coordenada pela Casa Civil e implementada pelo Grupo Gestor, sob a supervisão do Ministério de Minas e Energia.

### Participação e controle social

As ações de defesa agropecuária são desdobradas em planos operativos anuais, específicos para cada superintendência federal de Agricultura, com a definição de metas físicas e previsão orçamentária.

O monitoramento é trimestral, com reuniões de avaliação. Adicionalmente, são realizadas supervisões e auditorias operacionais para verificação do desenvolvimento das atividades e conferência da conformidade dos procedimentos adotados.

A pesquisa agropecuária utiliza mecanismos de monitoramento e avaliação de suas atividades, tais como:

1. Colegiados: Conselho de Administração da Embrapa (Consad, CAN, CAE).
2. Relatório de gestão: elaborado anualmente para atender à demanda do Tribunal de Contas da União.
3. Balanço Social: documento por meio do qual a Embrapa apresenta à sociedade os principais impactos econômicos, ambientais e sociais produzidos pelas tecnologias desenvolvidas pela Empresa.
4. Relatórios dos projetos e programas do Plano Plurianual (PPA).

O monitoramento da produção e do abastecimento de biocombustíveis é realizado por meio da sistematização de informações enviadas para o Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia do Ministério, quinzenalmente, pelas unidades produtoras. Os demais assuntos são acompanhados por meio das câmaras setoriais.

## INDICADORES AGREGADOS DE RESULTADO

A Defesa agropecuária apresentou os seguintes resultados entre 2003 e 2010:

1. Oferta de sementes certificadas a partir de 2003, em função da implementação da Lei nº 10.711, de 2003, com o consequente aumento da produtividade. Na safra de grãos, por exemplo, a produtividade passou de 2.565 kg/ha, em 2003, para 3.150 kg/ha, em junho de 2010.
2. Intensificação da prevenção e do controle das pragas dos vegetais, o que tem permitido o acesso dos produtos brasileiros aos diversos mercados internacionais.
3. Monitoramento do uso dos defensivos agrícolas, reduzindo-os aos níveis compatíveis com as especificações do mercado consumidor.
4. Controle dos insumos agrícolas, com inspeções e fiscalizações permanentes, contribuindo na oferta de melhores produtos com índices de conformidade compatíveis.
5. Inspeção permanente nos produtos de origem animal, garantindo a inocuidade e a qualidade dos produtos ofertados.
6. Controle e erradicação de doenças como a febre aftosa, que ampliou a área considerada livre pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) em 27%, saindo de 3.883.120km<sup>2</sup> para 4.938.458km<sup>2</sup>; ampliação da zona livre da peste suína clássica em 6% com a inclusão do estado de Rondônia.
7. Implantação do sistema de rastreabilidade bovina e bubalina, o que tem permitido o acesso a novos mercados internacionais para a carne brasileira, em especial o Mercado Comum Europeu.
8. Implementação de fiscalização voltada ao combate das fraudes, como o excesso de água nas carnes de aves e no leite.

### Orgânicos

- Instituição do marco legal para a produção orgânica (Lei nº 10.831, de 2003), que implementou o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.
- Criação do Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos.
- Consolidação de mais de 250 bancos comunitários de sementes, envolvendo cerca de dois mil produtores orgânicos.

### Produção Integrada

Houve ampliação, com execução de projetos de Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil) implantados em 15 unidades da Federação, contemplando 32 projetos-pilotos, em 31 cadeias produtivas de relevância nacional (frutas, cana-de-açúcar, milho, hortaliças folhosas, tomate, batata, dentre outras).

### Pesquisa Agropecuária

É tida como um dos fatores preponderantes para o aumento da produção e da produtividade dos diversos segmentos da agropecuária brasileira, mediante o desenvolvimento de novas tecnologias, com ênfase na geração de conhecimentos e tecnologias. Destacam-se, práticas adequadas de correção e adubação dos solos e desenvolvimento de variedades tropicais de culturas, que permitiram a incorporação, à produção nacional, de milhões de hectares de terras antes tidas como improdutivas. Além disso, houve produção em pastagens melhoradas, com a melhoria genética das sementes, o aumento da produtividade dos grãos e os progressos na genética animal. Essa última resultou no aumento de produtividade e na melhoria da qualidade da carne.

Entre 2003 e 2009, a Embrapa concluiu o desenvolvimento de:

- 465 novas cultivares
- 374 novos insumos agropecuários
- 1.608 metodologias científicas
- 4.596 novos mapas de monitoramento e zoneamento da dinâmica agrícola
- 2.736 práticas e processos agropecuários
- 389 processos agroindustriais

Essas novas tecnologias beneficiaram indistintamente todas as regiões do País em cultivos essenciais como grãos (arroz, feijão, trigo, soja e milho), hortaliças, frutas, fibras (algodão, madeiras, rami, etc.), leite, carne, ovos, óleos essenciais e temperos.

No período 2008-2010, que compreende a fase de execução do PAC Embrapa, iniciou-se a implantação de cinco novos centros de pesquisa no País, sendo três destinados a ampliar e fortalecer a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) agropecuária nos estados do Mato Grosso, Maranhão e Tocantins, e outros dois em Brasília (DF) – um deles para atuar em agroenergia e outro voltado para o desenvolvimento de estudos estratégicos e capacitação.

Estão sendo fortalecidas as equipes no exterior, com a perspectiva de ampliar a presença internacional da Empresa com a criação de laboratórios no Reino Unido e na Coreia. Na vertente de parcerias para transferência de tecnologias, o destaque é a implantação de escritórios de negócios e projetos em Moçambique, Mali, Senegal, Venezuela e, mais recentemente, no Panamá. Ainda com recursos oriundos do PAC, foram incorporados ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento projetos em 15 temas estratégicos, como aquicultura; eficiência no uso de insumos agrícolas; defesa animal e vegetal; compostos poliméricos; agregação de valor aos produtos de sistemas naturais, dentre outros.

A infraestrutura foi revitalizada e atingiu a área de 614.900m<sup>2</sup>, com destaque para projetos de adequação de laboratórios a normas internacionais de qualidade e a adequação de instalações à legislação ambiental. Nessa linha de reconstituição e fortalecimento, 17 organizações estaduais de pesquisa agropecuária vêm recebendo recursos para investimento, em busca da ampliação da capacidade produtiva do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

### Agroenergia

A participação da agroenergia na matriz energética nacional tem sido crescente. No período de 2002 a 2010, houve aumento de 27,7% para 32%, motivado por dois fatores: crescimento da frota de veículos *flex-fuel*, impulsionando o complexo sucroalcooleiro (a cana-de-açúcar é a segunda fonte de energia do País, atrás apenas do petróleo); e a consolidação do biodiesel na matriz energética nacional (a mistura obrigatória ao diesel mineral já é de 5%, desde janeiro de 2010). Destaque-se que nessa conta estão os produtos da cana-de-açúcar, o carvão e a lenha, e outras fontes renováveis, nas quais são incluídos outros resíduos agropecuários e o biodiesel, além de uma participação residual de energia solar e eólica. Já a participação exclusivamente da cana-de-açúcar e do carvão e lenha, principais fontes de biomassa, passou de 24,7% para 28,17%.

Foi concluído o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, publicado em setembro de 2009, e que identificou mais de 63 milhões de hectares com aptidão para a expansão da cultura. Apesar disso, ainda existem restrições como a não instalação de novos projetos na Amazônia, Pantanal e Bacia do Alto Paraguai. Também não serão aprovados projetos em áreas que possam resultar em desmatamento. O Governo proibiu ainda projetos em áreas que requerem irrigação plena e em áreas que impossibilitam colheita mecanizada.

Em maio de 2010, o Governo promoveu o zoneamento agroecológico da palma de óleo (dendê), que identificou mais de 26 milhões de hectares com aptidão para essa cultura, predominantemente na Região Norte. Também foram identificadas áreas de aptidão no norte de Mato Grosso e na faixa litorânea que se estende de Pernambuco ao Rio de Janeiro. Para tanto, só foram analisadas áreas já antropizadas. O plantio em áreas que requerem desmatamento está proibido.

As exportações do agronegócio somaram mais de R\$ 357 bilhões desde 2003 e há perspectiva de exportação em 2010 da ordem de R\$ 73 bilhões.

## DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Programa de Controle e Erradicação da Febre Aftosa

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Plano de Ação para Febre Aftosa. Atendimento à notificação de suspeita de doença vesicular*. v. 1. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/1/8344307.BMP>>.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. *Avaliação de imunidade populacional resultante das campanhas de vacinação contra febre aftosa. Relatório do 1º monitoramento do TCU no Pnafa*. Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas\\_governo/areas\\_atuacao/agricultura/Aftosa\\_Monitoramento1.pdf](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/agricultura/Aftosa_Monitoramento1.pdf)>.

- **Programa de Controle e Erradicação da Peste Suína Clássica**

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Departamento de Saúde Animal (DSA). Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA). *Inquérito soropidemiológico na zona livre de peste suína clássica do Brasil*. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Departamento de Saúde Animal (DSA). Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA). *Inclusão do Estado de Rondônia na Zona Livre de Peste Suína Clássica no Brasil*. Brasília, 2008.

- **Vigilância Agropecuária**

Disponível em: <[www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)>.

- **Pesquisa**

Edital CNPq/SDA - Avaliação do risco de introdução de doenças através do transporte de produtos de origem animal em bagagens de passageiros procedentes do exterior e estabelecimento de critérios de amostragem para a fiscalização do Vigiagro/Mapa.

- **Exportação de Produtos Orgânicos**

Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1112&refr=608>>.

- **Produção Integrada no Brasil**

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. *Agropecuária sustentável alimentos seguros*. Brasília, DF: Mapa/ACS, 2009.

Pesquisa, desenvolvimento e Inovação para o agronegócio brasileiro. Cenários 2002 a 2012. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/cenarios1.pdf/view>>.

- **A Embrapa nos Biomas Brasileiros**. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/laminas-biomas.pdf/view>>.

- **Agricultura Tropical: o Brasil construindo o futuro**

Disponível em: <<http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/relatorio.pdf/view>>.

- **Ciência, Gestão e Inovação: dimensões da agricultura tropical**

Disponível em: <[http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/relatorio2005-2007\\_miolo.pdf/view](http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/relatorio2005-2007_miolo.pdf/view)>.

- **Desafios para uma agricultura sustentável**

Disponível em: <[http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/Relatorio\\_Embrapa\\_DesafiosAgriculturaSustentavel.pdf/view](http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/Relatorio_Embrapa_DesafiosAgriculturaSustentavel.pdf/view)>

- **Balancos Sociais da Embrapa: dimensões sociais, econômicas e ambientais** Disponível em: <[http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/folder\\_balancos\\_sociais/balanco-social-de-anos-anteriores http://bs.sede.embrapa.br/2009/](http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/folder_balancos_sociais/balanco-social-de-anos-anteriores http://bs.sede.embrapa.br/2009/)>.

- **Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio (Ripa)**

Cenários do Ambiente de Atuação das Instituições Públicas e Privadas de PD&I para o Agronegócio e o Desenvolvimento Rural Sustentável Horizonte 2023. Documento Executivo. 2007.

